



Mulheres camponesas de Santa Catarina em movimento

Teresa Almeida Cruz
Marcos Fábio Freire Montysuma



MULHERES CAMPONESAS DE SANTA CATARINA EM MOVIMENTO

Marcos Fábio Freire Montysuma

&

Teresa Almeida Cruz

O contexto histórico de onde surge o Movimento de Mulheres Camponesas é muito bem apresentado nesta obra, assim como as relações que ali estavam estabelecidas no momento de sua origem. A presente leitura nos leva ao encontro com momentos vividos junto às mulheres do campo em Santa Catarina, mas em especial, no oeste e extremo oeste catarinense. Esse livro nos leva a beber no surgimento de um dos maiores e mais conhecidos movimentos de mulheres da história do meio rural brasileiro, que iniciou em 1983, primeiramente no estado de Santa Catarina, denominado de Organização de Mulheres Agricultoras (OMA), posteriormente Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) e, após 2004, por Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Nascido sob forte influência da Igreja Católica, em especial da Teologia da Libertação e Comunidades Eclesiais de Base, buscava a libertação das mulheres, passando pelo reconhecimento da profissão, sindicalização e direitos previdenciários (Trechos do Prefácio).

Mulheres camponesas de Santa Catarina em movimento

Teresa Almeida Cruz
Marcos Fábio Freire Montysuma



**Mulheres campesinas de Santa Catarina em movimento**

Teresa Almeida Cruz, Marcos Fábio Freire Montysuma

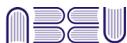
ISBN 978-85-8236-142-9 • Feito Depósito Legal

Copyright©Edufac 2025

Editora da Universidade Federal do Acre (Edufac)

Rod. BR 364, Km 04 • Distrito Industrial

69920-900 • Rio Branco • Acre // edufac@ufac.br

Editora AfiliadaAssociação Brasileira
das Editoras Universitárias**Diretor da Edufac**

Gilberto Mendes da Silveira Lobo

Coordenadora Geral da Edufac

Ângela Maria Poças

Conselho Editorial (Consedufac)

Adcleides Araújo da Silva, Adelice dos Santos Souza, André Ricardo Maia da Costa de Faro, Ângela Maria dos Santos Rufino, Ângela Maria Poças (vice-presidente), Alessandra Pinheiro Cavalcante Costa, Carlos Eduardo Garção de Carvalho, Claudia Vanessa Bergamini, Décio Dias Marques, Francisco Aquinei Timóteo Queirós, Francisco Naildo Cardoso Leitão, Gilberto Mendes da Silveira Lobo (presidente), Jader Vanderlei Muniz de Souza, José Roberto de Lima Murad, Maria Cristina de Souza, Sheila Maria Palza Silva, Valtemir Evangelista de Souza, Vinícius Silva Lemos

Coordenadora Comercial • Serviços de Editoração

Ormifran Pessoa Cavalcante

Revisão Textual

Catiane Cinelli

Projeto Gráfico • Diagramação • Arte da Capa

Rogério da Silva Correia

Foto da Capa

Teresa Almeida Cruz

A revisão textual é de responsabilidade dos autores.

Universidade Federal do Acre

Biblioteca Central

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C957m Cruz, Teresa Almeida, 1976 -
Mulheres campesinas de Santa Catarina em movimento [recurso digital] / Teresa Almeida Cruz, Marcos Fábio Freire Montysuma. - Rio Branco: Edufac, 2025.
86 p. : il.; [1,9 MB]

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-8236-142-9

1. Mulheres - Santa Catarina (SC). 2. Camponeses. 3. Movimentos sociais. 5. Trabalhadores rurais. I. Montysuma, Marcos Fábio Freire, II. Título.

CDD: 305.4363098164

Sumário

Prefácio	4
Introdução.....	8
1 O fazer-se do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina.....	12
2 Processos de formação	39
3 Encontro de jovens camponesas	58
4 MMC/SC: “30 anos de história e conquista, reafirmando a luta camponesa e feminista”	64
Considerações finais	72
Referências	75
Fontes orais	78
Posfácio.....	79
Sobre os Autores	85

Prefácio

*Eu sou aquela mulher a quem o tempo muito ensinou.
Ensinou a amar a vida.
Não desistir da luta.
Recomeçar na derrota.*
(Cora Coralina)

Assim como o poema de Cora Coralina, este livro nos faz percorrer a história do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a partir do estado de Santa Catarina, com um olhar de que muito temos a aprender. Pois as grandes conquistas de direito e de existência enquanto movimento de mulheres, autônomo e feminista só foi possível porque mulheres do campo ousaram lutar. E mesmo em momentos difíceis e turbulentos vivenciados pela sociedade, elas teimaram em existir e recomeçar em cada derrota.

Honrada com o convite do Professor Marcos Fábio Freire Monty-suma para prefaciar *Mulheres Camponesas de Santa Catarina em Movimento*, asseguro que certamente esta obra representará uma contribuição significativa para a história das mulheres catarinenses, e de todas elas em nível mais geral.

O contexto histórico de onde surge o Movimento de Mulheres Camponesas é muito bem apresentado, assim como as relações que ali estavam estabelecidas no momento de sua origem. A presente leitura nos leva ao encontro de momentos vividos junto com as mulheres do campo em Santa Catarina, mas em especial no oeste e extremo oeste catarinense.

É importante ter presente, ao fazer essa leitura, que o estado de Santa Catarina teve em sua colonização a destinação de pedaços menores de terra para cada família, atribuindo a elas a propriedade dessa terra, criando minifúndios, e com as formas de organização da agricultura sendo instituídas pela própria família. A aproximação das propriedades possibilitou a organização das famílias e o compartilhamento de saberes, crenças e conhecimentos em cada território. Para permanecer no campo, sem buscar a cidade e o trabalho assalariado como alternativa mais provável, observa-se a vivência comunitária como elemento central, que dá supor-

te econômico, ideológico e político para a resistência social local, mesmo em situações de conflito do cotidiano. Essa tradição é percebida no espaço dos jogos, das festas, da religiosidade, das trocas de saberes, das expressões políticas, da celebração, do cuidado com o bem coletivo e público, onde as relações de vizinhança são, muitas vezes, maiores do que as relações de parentesco, quando estas não são as mesmas.

De um modo ou de outro, seja por vontades pessoais, familiares ou comunitárias, a persistência da presença camponesa na história e a construção da sua autonomia são percebidas quando surgem sujeitos sociais capazes de organizar-se, expressando a identidade e o modo de vida camponês em suas práticas de produção, organização e lutas.

O MMC é um movimento social ao qual tenho grande admiração e gratidão, pois ao longo da história, teve a capacidade de alterar seu nome, sem perder sua identidade, autonomia e princípios. E este livro nos leva a beber no surgimento de um dos maiores e mais conhecidos movimentos de mulheres da história do meio rural brasileiro, que iniciou em 1983, primeiramente no estado de Santa Catarina, denominado de Organização de Mulheres Agricultoras (OMA), posteriormente Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) e, após 2004, por Movimento de Mulheres Camponezas (MMC). Nascido sob forte influência da Igreja Católica, em especial da Teologia da Libertação e Comunidades Eclesiais de Base, buscava a libertação das mulheres, passando pelo reconhecimento da profissão, sindicalização e direitos previdenciários.

Cada vez que tenho contato com uma pesquisa e escrita como a apresentada neste livro, percebo que o Movimento trabalha vários temas sociais e políticos, como é o caso da saúde, da educação popular, da afetividade e sexualidade, da alimentação saudável, das sementes crioulas. Mas também é um movimento de classe, atuando nas relações de poder da sociedade.

Trata-se de um movimento que surgiu de várias experiências organizativas de mulheres do país. E, em 2004, o MMC se consolidou como um movimento social nacional, autônomo, tendo como luta central a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discrimina-

ção, sendo contra o modelo capitalista e patriarcal. Assume como principal bandeira de luta o Projeto de Agricultura Camponesa Agroecológica e Feminista, com representantes de 16 Estados brasileiros.

Lembro das mulheres camponesas de Santa Catarina relatando os debates e argumentações sobre os motivos pela mudança do nome do Movimento, que aqui em Santa Catarina, era Movimento de Mulheres “Agricultoras” e passou a ser “Camponesas”, momento em que passei a entender mais sobre o próprio campesinato.

Esse campesinato que surgiu antes das classes sociais, nos primórdios da humanidade, quando as pessoas já produziam sua existência, na produção de alimentos e integração da população. E com a evolução da humanidade, o próprio campesinato foi se transformando, com lutas e resistências, a partir de necessidades e interesses dos homens e mulheres do campo.

Compreender o campesinato como organização, estabelecendo a construção da identidade a partir do povo brasileiro e articulando, coerentemente, a discussão teórica sobre esse tema, foi o grande desafio para as mulheres camponesas do Brasil, pois observa-se diferentes campesinatos no Brasil e no mundo, sob vários olhares, como o econômico, o social e o antropológico. Assim como o próprio feminismo, identificar-se como um movimento pautado no Feminismo Camponês Popular, a partir das experiências vividas pelas mulheres no campo, é de uma sabedoria grandiosa.

A pesquisa que ora se transforma em livro, apresenta desde o fazer-se do Movimento de Mulheres Camponesas, perpassando pelos processos de formação, o encontro de jovens camponesas, e chegando na importância do trabalho de base, dos mutirões de organização e das lutas. É uma celebração de sua história e conquistas.

Como mulher, devo dizer que me reinventei com a vivência junto ao Movimento de Mulheres Camponesas aqui em Santa Catarina, que para mim é sempre uma inspiração. Como educadora, me encanta a forma como elas constroem a Educação Popular em seus espaços de atuação, com cada pauta de luta. Não existe nenhuma reivindicação sem processos

de formação, onde as próprias camponesas se apropriam do conhecimento para multiplicá-lo.

Como Deputada Estadual, tive o prazer em contribuir como parceira na realização de muitos Debates, Seminários e Diálogos sobre a Violência Contra as Mulheres do Campo; sobre a saúde da mulher; sobre o direito à produção e ao consumo de alimentos saudáveis. E destaco, com muito orgulho, ser a primeira Deputada a destinar recurso, via Emenda Parlamentar, para o fomento e construção de experiências sobre Quintais Produtivos – que hoje é uma política do Governo Federal, por meio de Edital Público do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

Por essas razões, entre outras que se desvelam no conteúdo deste livro, é com orgulho e grata satisfação que apresento e recomendo a presente obra. Boa leitura a todos e todas!

O MMC existe porque segue em luta!

Deputada Estadual,
Professora Luciane Carminatti

Introdução¹

A nossa organização é o arado que abre os sulcos na terra para deitar as sementes! (MMC/Sul, s/d)

Nas páginas que seguem neste livro, ousamos discutir os caminhos trilhados pelas mulheres campesinas de Santa Catarina, que se articularam num campo político mais amplo, em profícuo diálogo com as mulheres da América Latina, através da Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (Cloc), e a nível mundial da Via Campesina, articulando as lutas de classe, gênero e feministas na perspectiva de transformação da sociedade colonialista, capitalista, patriarcal, racista e LGBTfóbica, buscando construir novas relações sociais entre os seres humanos e destes com o ambiente.

Nossa pesquisa de campo foi realizada no percurso do ano de 2013, tendo início no contexto da celebração dos 30 anos do Movimento de Mulheres Campesinas, na região do Oeste catarinense, onde realizamos a pesquisa documental e as entrevistas com as campesinas. A segunda etapa das entrevistas foi feita em 2015, durante a realização do I Seminário sobre Feminismo Camponês e Popular, promovido pelo MMC, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia, Goiás. O trabalho recebeu seus desdobramentos e um certo desfecho no percurso do ano de 2016, oportunidade em que complementamos a pesquisa documental, uma vez que as entrevistas, como dito, já estavam finalizadas.

Procuramos construir um texto dialógico com as narrativas das mulheres entrevistadas que se constituem em interpretações das experiências vivenciadas, construindo uma história em aberto, como propõe Alessandro Portelli (1997), na medida em que temos como dados determinados elementos, outros podem ser agregados, seja na visão das pessoas entrevistadas, seja na nossa visão e acima de tudo na visão de quem nos ler, em seguida. Assim, teremos as interpretações das campesinas entrevistadas,

1 Este texto é fruto de uma pesquisa realizada no período de 28 de abril a 05 de maio de 2013 com recursos oriundos da Chamada Nº 32/2012 - CNPq/ SPM e continuada durante o Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, no ano de 2016, sob a supervisão do Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma, com quem compartilho a autoria.

as nossas interpretações e as das pessoas leitoras, procurando visibilizar as histórias de lutas e conquistas das mulheres camponesas de Santa Catarina, tecendo um fio narrativo, compondo um elo que pode ser entendido, acrescentado por outras experiências tomadas como análogas ou em comparação.

Neste sentido, também transcrevemos as entrevistas com as mulheres, deixando na linguagem coloquial, como forma de respeito às suas narrativas, sem preocupações com questões gramaticais, ou melhor, deixamos na forma gramatical do cotidiano.

No Sul do Brasil, mais precisamente em Santa Catarina foram lançadas as primeiras sementes revolucionárias de organização das mulheres agricultoras e trabalhadoras rurais do país, em 1983, que caindo em terreno fértil, fizeram nascer o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) do Brasil. De certa forma, a construção do MMC a nível nacional se mistura com as trajetórias de organização e lutas destas mulheres, principalmente do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA).

Na raiz destas lutas está a questão da mudança de paradigmas, de leituras de mundo que permeiam as vidas de mulheres e homens que, desde os tempos coloniais, tiveram suas identidades racializadas como “índios e negros”, sendo negada a sua condição de humanidade, de cultura, de territorialidade e especificidade - aqui nos move uma preocupação com as designações de senso comum que não reconhecem humanidade nos povos indígenas e nos povos africanos escravizados, a quem não se reconhecia humanidade, e que por isso poderia ser objeto da ação escravização e/ou evangelizadora. Segundo Quijano, esse novo e radical dualismo racionalista não afetou somente as relações raciais de dominação, mas também a mais antiga de todas, que está situada nas relações sociais sexuais de dominação. Daí em diante, o lugar das mulheres, muito em especial o das mulheres das chamadas raças inferiores, como de origem indígena e africana, ficou estereotipado junto com o resto dos corpos, e quanto mais inferiores fossem suas raças, mais perto da natureza ou diretamente, como no caso das mulheres negras escravizadas, dentro da natureza (Quijano, 2005, p. 129).

Neste sentido, as organizações e lutas que foram desenvolvidas pelas mulheres camponesas podem ser consideradas como práticas que expressam a construção da condição de alteridade, de vontade subjetiva e social, para tomar as rédeas da vida sob as suas mãos levadas a cabo por meio de práticas insurgentes, que questionam a naturalização da dominação e exploração das mulheres, tecendo formas de despatriarcalização da sociedade, visando romper com os estereótipos dos corpos sobre os quais se impuseram a submissão, por uma condição de natureza originada no sexual e/ou raça.

As questões apontadas anteriormente mensuram e carregam consigo a um só tempo o papel daquelas mulheres mobilizando e construindo a insurgência contra o modelo de agricultura capitalista liberal baseado nos fundamentos da revolução verde, que empregando a retórica de acabar com a fome no mundo explora as pessoas e a natureza rumo à morte do planeta, forjando o ecocídio. Mas ainda assim a fome das populações não é varrida do planeta, porque mais interessa o lucro e ao mesmo tempo ocorre o envenenamento das pessoas através dos alimentos, dos rios, dos animais e dos habitats. Sob esse prisma o Movimento de Mulheres Camponesas acaba propondo um novo modelo de agricultura baseado nos princípios da agroecologia.

Quando analisamos mais amiúde o caso do Movimento das Mulheres iniciado em Santa Catarina, temos que o papel político que vem desempenhando na organização e formação política das mulheres camponesas é bem maior do que aparenta. Ainda que não exista uma propaganda anunciando aos cantos do planeta o que elas vêm desempenhando, suas iniciativas podem ser mensuradas na formação de várias gerações de mulheres, por onde vão quebrando os grotões da reação política de extrema-direita que assola o Brasil tendo no meio rural, com as fantasias em torno do agro, que se diz pop, um espaço de predomínio, mas com a resistência delas, das mulheres camponesas que questionam o machismo, a misoginia, o sexismo, o conservadorismo, o capitalismo no meio rural.

É com a intenção de dar visibilidade ao árduo trabalho desempenhado pelas mulheres que atuaram liderando e deram mobilidade a esse movimento que trazemos para você essa obra como uma contribuição e

reconhecimento ao que fizeram e fazem. E aqui cremos que ainda não fazemos a devida justiça com as companheiras que lutaram em dupla, tripla jornada diária carregando seus filhos à tiracolo para mudar o mundo, porque o papel delas é muito maior do que aquilo que conhecemos, é incommensurável porque projeta um futuro melhor para o mundo. Elas lutam para transformar o mundo injusto que vivemos.

Este texto está divido em quatro partes. Na primeira, fazemos uma contextualização histórica da constituição do MMC de Santa Catarina, destacando os principais momentos desta trajetória marcada pelas lutas e conquistas, tendo como meta principal a libertação das mulheres, construída por elas próprias, e a defesa da vida.

No segundo momento, fazemos uma discussão dos processos de formação do MMC, baseado na educação popular, tendo como protagonistas as próprias mulheres que neste caminho vão ampliando seus horizontes, conquistando a educação formal nos níveis fundamental, superior e pós-graduação.

Na terceira parte, destacamos a importância dos encontros de jovens camponesas cujo investimento na formação destas jovens, propiciou que muitas delas passassem a assumir funções de lideranças no Estado de Santa Catarina e na direção nacional do MMC.

Por fim, debatemos a importância dos 30 anos de história e conquistas do MMC de SC, reafirmando a luta camponesa e feminista, através, sobretudo de relatos orais, enfatizando os aprendizados, os significados desta marcante trajetória de lutas e resistências destas mulheres camponesas.

1 O fazer-se do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina

Neste item, discutiremos o “fazer-se” do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina, inspirada na abordagem de E. P. Thompson², por onde vamos percorrendo a trajetória de organização destas mulheres a partir de seus modos de vida, inicialmente identificados como de mulheres agricultoras que foram constituindo a resistência contando com a colaboração da Diocese de Chapecó e da Comissão Pastoral da Terra. E deste modo foram se articulando e se organizando de forma a dar visibilidade ao Movimento de Mulheres Camponesas que lutam pela cidadania, pela construção de novas relações sociais de gênero e dos seres humanos com a natureza, projetando uma nova sociedade. Assim forjaram uma identidade coletiva criada pelo próprio movimento, tornando-se novas personagens na cena histórica catarinense e brasileira. É sob esses princípios que vão constituindo-se nestas lutas por direitos e um novo modo de vida no campo, a partir da experiência cotidiana, de um projeto de agricultura camponesa e agroecológica.

1.1 Um breve histórico

A colonização da região Oeste de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul e Santo Amaro/SP) inicia-se em 1824 com a entrada de imigrantes europeus, sobretudo italianos.

Por outro lado, desde 1800, “destaca-se em grande número a população cabocla no cultivo da erva-mate, cria-se a agricultura de subsistência. Estes caboclos foram excluídos da sociedade paulista e eram trazidos para esta região pelos bandeirantes” (OMA, s/d, p. 9).

A Primeira República trouxe em seu bojo o projeto de modernização da agricultura brasileira que enfrentou a resistência cabocla e campo-

² Thompson analisou a formação da classe operária inglesa na sua constituição histórica, pois “ela estava presente ao seu próprio “fazer-se” (Thompson, 1987, p. 9)

nesa nas várias regiões do país. Neste contexto, ocorreu a Guerra de Contestado entre os anos de 1912 a 1916 numa área fronteiriça disputada pelos Estados de Santa Catarina e Paraná. De acordo com Carvalho:

O Contestado foi um movimento social com forte presença religiosa durante toda sua existência e aderiram às vilas santas pessoas de origens bastante variadas: posseiros, expulsos de suas terras, ervateiros impossibilitados de continuar com seu trabalho, trabalhadores desempregados pela estrada de ferro, antigas lideranças federalistas e importantes opositores políticos dos coronéis da região, em especial de Curitibanos e Canoinhas (Carvalho, 2009, p. 16-17).

As mulheres, ainda que não mencionadas, atuam em todo o processo histórico interagindo socialmente ao lado dos homens. Desempenham os mais variados papéis, muitas vezes corrompendo as distinções de gênero, em nome de um bem maior. Sendo assim, na guerra do Contestado não foi diferente. É dentro desse espírito que compreendemos o destaque apontado à participação da “agricultora Maria Rosa, onde comandou um Exército no Reduto de Caraguatá onde houve a participação de mais de duas mil mulheres e mais de quinhentas crianças. E, mais, toda a responsabilidade da manutenção de alimentos, casa, filhos eram garantidos pelas mulheres, enquanto os homens iam para o combate (OMA, s/d, p. 10).

Em 1920, a população existente na região Oeste era apontada como majoritariamente composta por indígenas e caboclos que desenvolviam a produção de subsistência, o cultivo de erva-mate, com gestação de pequeno capital comercial, madeira, como atividade comercial. Por exemplo, em Chapecó, em 1927, existiam 32 serrarias e essa madeira era vendida na Argentina, Rio de Janeiro e São Paulo (OMA, s/d, p. 10).

Em meados da década de 1930, começa a expansão e o crescimento do capital comercial em busca do excedente camponês. A suinocultura faz aumentar as relações comerciais. A base da economia dos frigoríficos é a agroindústria, residindo na acumulação comercial prévia, baseada na pequena produção familiar (OMA, s/d, p. 10-11).

A região Oeste de Santa Catarina, a partir de meados dos anos 1950, foi palco de novas atividades na área agroindustrial, recebendo um incremento econômico com a instalação de frigoríficos. E, em 1969 é cria-

da a Cooperativa Central Oeste Catarinense, voltada à industrialização e comercialização da produção de suínos. Naquele período, há uma expansão dos centros urbanos com o crescente êxodo rural. Na década de 1970, intensifica-se a expansão do setor agroindustrial (Gaspareto; Menezes, 2013, p. 305).

Este processo de expansão da agroindústria está interlaçado ao da “modernização da agricultura”, sob o contexto da denominada “revolução verde” que atingiu os pequenos proprietários rurais de forma violenta que, de certa forma, viram-se obrigados a aderir aos pacotes de “modernização da agricultura”, se endividando nos bancos, perdendo a autonomia da produção e até a própria terra. Esse conjunto de novas práticas e posturas subordinadas a uma rigidez na produção dos insumos voltados para a indústria, que dependia de produtos de origem rural, finda por levar ao aumento do êxodo rural, porque na origem da produção não há espaço para a pequena propriedade, não há espaço para agricultura familiar, nem para o/a pequeno/s agricultor/a. Este processo é analisado de forma interessante por Sirlei Gaspareto, destacando a importância da atuação pastoral da Igreja Católica, por meio das CEBs, da CPT que forjou, naquele contexto uma vertente de movimentos populares do campo:

E esse processo de mudanças provocado pela modernização do campo também foi se constituindo em motivo de reflexão e proposição de práticas alternativas em diferentes espaços. No caso do Oeste catarinense, por meio da práxis pastoral, foi sendo gerada uma nova consciência em relação à situação opressão/exploração, o que foi decisivo, naquele contexto, para contribuir com a criação e surgimento dos movimentos populares do campo, que reagiram frente à situação, buscando, por meio da luta, encontrar saídas para uma vida melhor no campo (Gaspareto, 2017, p. 89).

Assim, no alvorecer da década de 1980, no cenário de transição democrática, de surgimento de vários movimentos sociais e neste contexto de profundas alterações nos modos de vida das famílias camponesas, decorrentes da “modernização da agricultura”, perda da autonomia da produção e endividamento dos agricultores que afetou principalmente a vida das mulheres camponesas, no Oeste Catarinense, são elas, que inseridas nas Comunidades Eclesiais de Base, descobriram seu espaço de participa-

ção crítica e passaram a atuar nas lutas da Oposição Sindical, se reunindo e organizando com o apoio da Igreja Católica, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Luterana, inspiradas pela Teologia da Libertação (TdL), numa perspectiva de ligação entre fé e vida e transformação da sociedade. Quem são essas mulheres? “Somos mulheres agricultoras das mais diversas etnias, crenças religiosas, com vontade de construir uma sociedade mais justa e fraterna. Sempre estivemos presente e nos organizamos nas Pastorais, nos sindicatos e outros movimentos sociais” (MMA, 2003, p. 01).

Desta forma, “a data 1º de maio de 1983 marca um momento importante, quando 28 mulheres reuniram-se no salão comunitário de Itaberaba com a presença de religiosos e agentes de pastorais ligados a diocese que coordenam e registram o encontro” (MMA, s/d, p. 14). Assim essas mulheres agricultoras, após participarem da luta pela conquista do sindicato, percebendo que não tinham espaço e nem direito à sindicalização, começaram a se organizar para conquistar seus espaços e seus direitos, dentro de um salão comunitário da Diocese de Chapecó, que naquele contexto expressava uma igreja comprometida com as lutas sociais.

Vale destacar que, além de nascer em um ambiente de Comunidades Eclesiais de Base, a data escolhida foi o dia 1º de maio, dia do trabalhador, da trabalhadora, também já evidenciando a luta de classes, da classe trabalhadora em confronto com a modernização da agricultura, com o sistema de integração das famílias rurais à agroindústria tão nocivos às famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Estas sementes lançadas na terra boa da organização, germinaram e, rapidamente, já foram produzindo muitos frutos de forma que, no Dia Internacional da Mulher, “no dia 08 de março de 1984, elas realizam um encontro e consolidam a Organização de Mulheres Agricultoras – OMA” (MMA, 2008, p. 9). Nesta ocasião, “o movimento fez a sua primeira manifestação pública, onde reuniu cerca de 500 mulheres, em Itaberaba” (MMA, s/d, p. 14), já dando visibilidade às lutas das mulheres agricultoras, tornando-se novas personagens nos palcos das lutas no campo.

O movimento vai crescendo, se ampliando para outros municípios e regiões do Estado, realizando atividades conjuntas com mulheres agri-

cultoras dos outros estados do sul e Mato Grosso do Sul, tendo como principais bandeiras de lutas a sindicalização das mulheres, o reconhecimento da profissão das mulheres trabalhadoras rurais, os direitos previdenciários: aposentadoria, salário maternidade, entre outros.

Assim começamos a construir o MMA/SC, a partir de nossa luta. Sentimos na pele a dor de ser humilhada, explorada e desvalorizada. Logo enxergamos que esta situação podia ser mudada. Organizamos o nosso Movimento como ferramenta de luta, porque sentimos a necessidade de trabalhar a nossa própria libertação, como mulher e como trabalhadora (MMA, 2003).

O ano de 1986 é considerado “memorável, de muitas lutas, mobilizações e desafios” (MMA, 2000), quando a organização passa a se denominar Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), tendo vários acontecimentos importantes que marcam essa ascensão da tomada de consciência e de mobilização dessas mulheres: no primeiro semestre daquele ano de 1986, uma delegação de mulheres agricultoras estiveram em Brasília para levar diretamente aos ministros da previdência social e do trabalho as reivindicações, principalmente o que diz respeito ao reconhecimento da profissão das mulheres como trabalhadoras rurais; em 12 de agosto, a primeira mobilização pública estadual em Xanxerê, reunindo mais de 10 mil trabalhadores; ocorre a 1^a assembleia interestadual com 85 mulheres (SC, RS, MS); em novembro, elegeram a agricultora Luci Choinaski, uma das articuladoras do MMA, como deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Este período de expansão e fortalecimento do movimento liderado pelas mulheres é avaliado da seguinte maneira, conforme aparece citado em uma das cartilhas do MMA:

Em 1986, passamos a nos denominar Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA/SC. Já estávamos organizadas em 60 municípios do Estado de Santa Catarina. O MMA realizou grandes manifestações, com grande participação. As trabalhadoras rurais deixaram suas casas e foram para a rua na busca de seus direitos como mulher e como trabalhadora (MMA, 2000, p. 7).

Nos documentos e entrevistas, há um destaque para uma ação política, que consiste no reconhecimento e mesmo no estímulo para o “sair de casa” como uma das primeiras conquistas importantes das mulheres,

pois este é configurado como o primeiro passo para a libertação. Uma vez que aquelas companheiras junto com as outras mulheres, no processo formativo e nas lutas, elas vão ampliando a visão de mundo, desnaturalizando as relações patriarcais que impedem a circulação, ou que limitam a interação ao espaço da casa, dos cuidados do lar e vão lutando pela equidade de gênero, pelos direitos sociais e pela transformação da sociedade. Esse processo de tomada da consciência e de mudança já começa dentro de casa, por onde as mulheres vão conquistando novos espaços de sociabilidades, ocupando outras territorialidades sociais no ambiente público e assim vão como que contaminando as outras mulheres com as ideias. Embora não seja proferido nestes termos, pois aparece a palavra território, mas chamamos territorialidade os espaços de interação social, que envolve mesmo os territórios de perambulações, os territórios de ação, e nisso cremos que ocorre uma combinação de território com o fazer político dessas mulheres, daí nos ocorrer a ideia de territorialidade, pois configura nas ações deliberadas que cabe ao âmbito da ação política, em dado território. Quer dizer, o território político construído por elas, por isso a ideia de territorialidade. E assim vão se tornando lideranças nas ações ordinárias nas quais integram, como analisa tão bem a camponesa Carmem:

O território das mulheres não existe. Como o território é um lugar, esse pode ser tanto para mulheres como para homens. Mas na sociedade muitas vezes as mulheres fazem seu lugar, muitos dizem que lugar de mulher é em casa! Então as mulheres acabam ocupando seu lugar privado, ficam em casa, vão à vizinha e na igreja. E repetem isso sempre, formando esse como ‘o seu lugar’. Outras, porém mais ousadas ocupam outros espaços, participam da comunidade, na prefeitura, no sindicato, nos conselhos, nos movimentos sociais, no MMC, então, essas ocupam o lugar público, nesse território tem mais espaços de formações, participação, adquire conhecimento e se faz liderança. (CEC, Carmem, Chapecó/SC, 2017 *apud* Gaspareto, 2017, p. 154).

O excerto que transcrevemos de Carmem, através da pesquisa de Gaspareto, nos resume, num dado sentido aquilo que apontamos acima como esse território limitado pela cultura machista que limita a ação das mulheres. O território é esgarçado por outras mulheres, e assim é edificado assumindo uma condição de territorialidade, uma vez que são espaços conquistados, e conquista assume o sentido de construção, território

construído por elas, que tomam as rédeas de suas vidas e de seus destinos em suas mãos, nas lutas que empreendem no dia a dia. Não delegam, nem esperam que as chamadas conquistas cheguem a elas. Partem para a luta com seus modos próprios de organização e conquistam espaços políticos e conquistam direitos, para elas e para a sociedade. Não é demais perceber que a integrante do MMC, a agricultora Luci Choinaski, uma vez eleita Deputada Estadual e depois Deputada Federal, consagra no texto da lei, como parlamentar, garantias que extrapolam o mundo daquelas mulheres, se estendendo a todas as mulheres da sociedade, como a aprovação da Lei Nº 6.697-B³. A conquista é de e para toda sociedade.

Por outro lado, ressalte-se, que esta mudança de nome de Organização de Mulheres Agricultoras (OMA), se deu após um amplo debate em 1986, em uma assembleia, pois “as mulheres entendem que ser uma organização era muito pouco, por isso, decidem pela consolidação do Movimento de Mulheres Agricultoras – MMA/SC” (MMA, 2000, p. 10), se constituindo em “um dos primeiros movimentos autônomos de mulheres do campo, organizado no Brasil. Ele se afirma como um movimento de caráter autônomo, de base, de classe e popular” (MMA, 2000, p. 10). O enunciado do texto apresenta de forma bem demarcada a identidade do movimento, por isso ressaltamos essa ideia, já apontada acima, que a escolha pela designação por Movimento de Mulheres Agricultoras, elas expressam um sentido de pertencimento e como querem que a sociedade as reconheça. Circunscrevem assim uma territorialidade pela qual querem ser notabilizadas, porque é dali que se apresentam compondo uma estrutura de sentimentos e pertencimentos, que se orientam por práticas cotidianas, como aquelas mulheres que lavram a terra e lavrando a terra alimentam vidas e alimentam sonhos num mundo melhor. Também nesta ocasião, discutem e definem a sua organicidade. Na cartilha “Nossa história, nossas lutas”, do MMA, está expresso de modo claro o “como” se organizam:

3 Lei que Equipara a mulher que exerce atividade pesqueira e marisqueira artesanal em regime de economia familiar ao pescador artesanal, para efeitos previdenciários e de seguro - desemprego, e altera o Decreto-Lei nº 221, de 1967 e as Leis nº 10.779, de 2003; 8.212, de 1991 e 8.213, de 1991; tendo pareceres: da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, pela aprovação (relator: DEP. ZONTA); e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Públíco, pela aprovação, com emendas (relator: DEP. SABINO CASTELO BRANCO).

O MMA/SC se organiza desde os grupos de base no interior dos municípios. Cada grupo tem duas mulheres líderes que formam a direção municipal. Da direção municipal duas líderes compõem a direção regional. Cada regional escolhe duas mulheres para compor a direção estadual. A instância máxima de decisão são as assembleias municipais, regionais e estadual, que acontecem a cada três anos, onde se define as linhas políticas e são eleitas as novas direções (MMA, 2000, p. 21).

Trata-se de uma estrutura organizativa que parte dos grupos de base, com direções municipais, regionais e estadual, tendo como instância máxima de decisões as tomadas nas assembleias. Portanto, a organicidade do MMA é democrática, participativa que começa a partir da base. Aliás, em toda a sua trajetória há um enfoque para o trabalho de base que, de fato sustenta o movimento. Temos nessa metodologia organizacional um processo de participação representativa, que envolve a presença de muitas militantes. É um modelo que exige uma capacidade de formar novas lideranças, que por outro lado vão ocupar os espaços de poder no movimento das mulheres trabalhadoras rurais e na sociedade, de um modo mais geral, na medida em que se abrem novos espaços de atuação, como ocorre com as pessoas do perfil da militante Luci Choinaski.

Esta primeira fase do movimento, na década de 1980, embora já trouxesse no seu bojo as discussões das relações de gênero, como a importância do “sair de casa”, é marcada pelo caráter classista, influenciado pelos referenciais do marxismo e da teologia da libertação. Já nesse período ganham visibilidade, como foco central, as lutas pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural; pelos direitos previdenciários/sociais; por adquirir a documentação das trabalhadoras rurais, acompanhadas do bloco de notas, pois estavam atuando no contexto de lutas pela Constituinte, em que vários projetos estão em confrontos. É sob esse contexto que em 1988, as mulheres realizaram a 3^a Assembleia Estadual com o lema “Semeando justiça, brotando libertação”.

Já no ano de 1989, após a promulgação da constituição cidadã, elas dizem que “lutamos pela regulamentação dos direitos garantidos na Constituição, como: aposentadoria, auxílio maternidade, assistência aos acidentados do trabalho, educação voltada ao trabalho” (MMA, 2000, p. 09).

Portanto, está em jogo a construção da identidade como agricultora, como trabalhadora rural tão bem demarcada pelas mulheres, como expresso na seguinte passagem, quando dizem que “Viemos da roça e somos mulheres agricultoras. Somos as trabalhadoras rurais”. Aliás, a construção desta identidade é perpassada pela luta relativa ao reconhecimento da profissão de trabalhadora rural que, por sua vez, está associada aos processos formativos e campanhas de documentação das mulheres trabalhadoras rurais, que foram tão fortes na década seguinte, pois a maioria não tinha documentos, dependendo em tudo de seus pais, maridos.

Olhando atentamente ao movimento político encabeçado por elas, notamos a existência de uma luta que expressa a projeção de uma identidade (já destacada) das mulheres trabalhadoras rurais. Expressa uma alteridade das mulheres trabalhadoras rurais. É como se dissessem que existem outras mulheres, que se notabilizam por aquilo que são, por aquilo que fazem. Mas nós não somos as outras mulheres, nós somos as trabalhadoras rurais. E como tal temos direitos. E que esses direitos têm que ser reconhecidos pelo Estado e pelos seus agentes.

Até o final da década dos anos de 1980 as lutas eram marcadamente por direitos políticos e sociais. Afinal o Brasil havia recém-saído de uma ditadura civil militar. Ao passo que na década de 1990, as resoluções de assembleias, já revelam uma nova dimensão incorporada nas lutas, que consiste na questão de gênero. Neste sentido, em 1990, em Chapecó/SC, o MMA realiza a 4^a Assembleia estadual com o lema “Mulheres organizadas jamais serão pisadas” e “definem no plano de ação referente à formação trabalhar entre outros, dois eixos: gênero e classe e produção e reprodução”. Ainda referente à formação apontam que

foram definidos temas de interesses das mulheres, como feminismo, violência contra as mulheres, sexualidade e afetividade, a utilização de métodos contraceptivos, discriminação das mulheres, entre outros (Casagrande, 1991, p. 50). Percebe-se, por alguns desses temas, que o MMA já demonstra certo afastamento da Igreja Católica, pois pretende debater temas que ainda são polêmicos para essa instituição (Boní, 2012, p. 41)

Ao definir outras pautas para discutir nos eventos, conforme aponta Casagrande e Boni e a expressão de um “certo afastamento da Igreja Católica”, mostra que as mulheres camponesas ao tomarem consciência de si como donas da ação, também estavam conquistando mais autonomia em relação à mesma igreja, que mesmo comprometida com as causas sociais, ainda mantém muitos preceitos conservadores, uma doutrina moral rígida e muitos preconceitos relativos aos papéis da mulher, sobretudo, em relação à sexualidade. Entretanto, elas vão avançando neste debate associando questões de gênero e classe, produção e reprodução, questionando mais profundamente os papéis tradicionais atribuídos às mulheres, quebrando a cultura patriarcal também presente na hierarquia da igreja católica. Todavia, a situação que requer atenção, consiste no fato destas mulheres continuarem atuantes nesta igreja como lideranças de comunidades, de pastorais sociais, de catequese, entre outros serviços, com uma nova configuração. Neste sentido, como analisa a militante Sirlei Gaspareto, “O MMC reinventa e propõe outra TdL agregando elementos da experiência feminista camponesa que também é visivelmente expressa em sua mística feminista transformadora” (Gaspareto, 2017, p. 193).

Em 1992, também foi definido o eixo de formação incorporando a relação de gênero e classe, conforme registrado no “Relatório do Seminário MMC, 25 anos de organização, lutas e conquistas! Dignidade e produção” (MMC/SC, 2008, p. 03). Este relatório também destaca que naquele ano houve o “recebimento das primeiras aposentadorias (p. 04)” das mulheres identificadas e reconhecidas como trabalhadoras rurais, conforme prevista na pauta de reivindicações apresentadas pelas pioneiras do MMC. Isto se constituiu em um acontecimento muito significativo, como narra a camponesa Rosalina Nogueira da Silva, 62 anos, moradora do Faxinal dos Rosas, no município de Chapecó: “E quando eu recebi meu primeiro benefício, minha aposentadoria pra mim foi uma honra saber que foi uma coisa que não foi de mão beijada, que não foi de graça, foi com luta, mas que eu ajudei, que eu lutei, que eu garanti que hoje eu tenho o benefício, porque lutei por isso”.

Podemos atribuir muitos significados ao relato da Rosalina, mas o que salta aos olhos, em suas palavras é o fato dela se reconhecer como

agente da ação política na sociedade. Não por acaso destaca [em resumo, que ao receber o benefício] “foi uma hora saber que foi uma coisa que não foi de mão beijada, que não foi de graça, foi com luta, mas que eu ajudei, que eu lutei, que eu garanti que hoje eu tenho o benefício, porque lutei por isso”. Essa passagem carrega consigo todo um sentido da importância de pessoas simples que se reconhecem como sujeitos na história. Ela uma mulher que contribuiu no movimento político criando e articulando a pauta e construindo o movimento de reivindicação daquela pauta para as pessoas iguais a ela. E que naquele momento se sentia uma vitoriosa por toda uma história de luta. E mais, naquelas circunstâncias receber a aposentadoria ou qualquer outro benefício significa contribuir e conquistar a autonomia das mulheres, pois elas passaram a poder administrar o seu dinheiro, saindo da dependência financeira dos homens. Portanto, trata-se de construir a dignidade destas mulheres, sobretudo porque agora elas também poderiam se exercitarem na condição de gestoras financeiras de suas famílias, por administrarem os recursos próprios, definindo o que comprar, porque detinham a autonomia da decisão, por não depender de quem quer que seja.

Um marco desta década de 1990, foi a celebração dos 10 anos do MMA, iniciado por um mutirão de trabalho de base, “com o objetivo de fortalecer, avaliar, festejar celebrar, retomar os passos, onde a luta se faz. Ao mesmo tempo divulgar nosso Movimento de Mulheres Agricultoras” (MMA, 1993, p. 01). Este significativo mutirão foi “realizado em 65 municípios” (MMA, 2008, p. 04), em 1993, “discutindo reforma agrária, saúde da mulher, participação política da mulher e relações de gênero. As mobilizações foram regionalizadas, destacando-se as localidades de Quilombo, Ipumirim, São Domingos, Itaiópolis e São Miguel do Oeste” (MMA, 2000, p. 11).

Esta comemoração se estendeu até os dias 10 e 11 de agosto de 1994, tendo como auge deste mutirão de trabalho de base destes 10 anos de MMA, a realização do I Congresso Estadual do MMA, em Chapecó, “com a participação de aproximadamente 15 mil pessoas, comemoramos nossas conquistas: sindicalização da mulher, auxílios doença e acidente de trabalho, pensão às viúvas, aposentadoria aos 55 e 60 anos, salário maternidade e reconhecimento da profissão” (MMA, 2000, p. 11). Este marco do

movimento contou com participação de “líderes da América Latina como Rigoberta Menchu, prêmio Nobel da Paz, a escritora (chilena) Marta Harneker, frei Beto, o bispo D. José Gomes, a deputada Luci Choinaski, outras autoridades, deputados e candidato ao governo do Estado” (MMA, 2000, p. 11).

A presença destes ilustres convidados do Brasil e da América Latina revela o nível de reconhecimento do Movimento de Mulheres Agricultoras e, ao mesmo tempo, a sua articulação a nível nacional e latino-americano. Inclusive, o ano de 1994 também é marcado pela participação de Sirlei Kroth, como representante do MMA, no Congresso Latino-Americano de Organizações do Campo (CLOC), no Peru, com o lema “Unidos em defesa do trabalho, da terra, da vida e da produção”. Sirlei, ao refletir sobre essa participação do movimento, em sua tese na UNISC, analisa o alcance deste acontecimento:

Era a presença dessas mulheres que iam ainda “mais longe de suas casas”, desafiando-se a ultrapassar as barreiras geográficas, econômicas, culturais, políticas, em busca do fortalecimento da luta de resistência e enfrentamento ao capitalismo e ao patriarcado, articuladas, mas demarcando autonomia por meio do Movimento próprio, qualificando seus saberes e construindo novos conhecimentos (Gaspareto, 2017, p. 111).

Desde o início, o movimento teve a clareza de que a luta das mulheres trabalhadoras estava associada à luta pela transformação da sociedade capitalista e que deveriam ocupar todos os espaços. Não por acaso esgarça as fronteiras políticas, econômicas, culturais, geográficas resistindo e destruindo o patriarcado e ganhando autonomia, e construindo novos conhecimentos. Neste sentido, a eleição de Luci Choinaski, uma das fundadoras do MMA, como deputada federal em 1990 é muito significativa. Esse é um marco importante, porque o Brasil em toda sua história republicana tem um padrão quebrado. Porque pela primeira vez, uma mulher agricultora chega ao Congresso Nacional. Também várias agricultoras de Santa Catarina, como Justina Cima e Rosalina Nogueira da Silva, conseguiram se eleger como vereadoras, como relata Rosalina (Rosa): “Me desafiei também no campo político, fui candidata a vereadora duas vezes, fiquei suplente e tive oportunidade de assumir uma cadeira na câmera, a primeira mulher

agricultora camponesa, vereadora de Chapecó” (*Autobiografia de Rosalina, apud Gaspareto, 2017, p. 235*). Muraca analisa a experiência da camponesa Marilene Liemberger como vereadora e secretaria de assistência social:

[...] durante minha pesquisa de campo, Marilene foi eleita pela terceira vez no município de Dionísio Cerqueira e foi nomeada Secretária de Assistência Social. Logo depois de sua primeira vitória eleitoral, respeitando os compromissos assumidos durante a campanha, Marilene impulsionou a constituição do Departamento de Políticas Públicas para as Mulheres, que se firmou como uma realidade de referência não apenas em Dionísio, mas em todo o estado de Santa Catarina. O processo que permitiu a instituição do Departamento contou com a colaboração de diversas organizações da sociedade civil – pastorais sociais, associações e movimentos de mulheres – protagonistas, nestes anos, da idealização de diversos projetos compartilhados. Alguns destes projetos trazem as marcas do compromisso do MMC: além de múltiplos cursos de formação, por exemplo, o projeto de uma horta urbana orgânica envolveu treze famílias que, graças à comercialização de seus produtos, superaram a condição de pobreza e se tornaram independentes da Bolsa Família; outra iniciativa foi a cozinha comunitária, que se endereça prioritariamente aos trabalhadores e trabalhadoras urbanos, aos quais oferece, a preços econômicos, refeições preparadas com produtos oriundos da agricultura familiar. Um dos elementos centrais destas atividades é a eliminação ou a redução de mediações no processo de comercialização dos produtos alimentares, a favor da criação de ligações mais diretas entre produtores e consumidores, da consequente redução dos custos e da garantia de acesso a produtos orgânicos até para as faixas da população com baixo poder aquisitivo (Muraca, 2015, p. 214).

Ainda no sentido de ampliação dos espaços, as militantes do MMA contribuíram na articulação das mulheres trabalhadoras rurais no plano regional e nacional. Nesse sentido, tiveram uma participação significativa durante o I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em Jundiaí/SP, em 1995, ocasião em que consolidaram a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR).

O avanço da luta dessas mulheres aponta para a ampliação das pautas, na medida em que: “A luta de gênero e de classe são inseparáveis, se entrelaçam e devem ser assumidas pelas mulheres trabalhadoras rurais em todos os momentos e espaços de atuação, em vista da construção do projeto democrático e popular” (ANMTR, 1997, p. 26). A passagem citada,

retirada do documento oficial da ANMTR de 1997, deixa claro que a luta de gênero e de classe são inseparáveis. O que se projeta dessa união é a construção de um projeto democrático e popular. Isso aparece de modo claro, insofismável. Com isso temos que esse movimento é muito bem politizado e tem objetivos claros a alcançar na organização das mulheres trabalhadoras rurais. Aqui se projeta para uma nova sociedade, com a participação popular, que supere as mazelas do capitalismo, sob a liderança e participação das mulheres, uma vez que são elas as proponentes, aquelas que lideram o processo de concepção de um modelo a ser vivenciado.

Embora na cartilha publicada pela ANMTR, em 1997, como resultado do I Encontro Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, em Jundiaí/SP, em 1995, não faça nenhuma menção ao projeto de agricultura agroecológica, porém na “Carta às trabalhadoras rurais” relativa a este evento escrevem: “Reafirmamos também, nossa opção pela construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social no campo, buscando novas alternativas de produção agroecológica tendo como central o ser humano” (Carta às Trabalhadoras Rurais, 1995 *apud* Collet, s/d, p. 25).

A agroecologia é um termo cunhado pelo agrônomo estadunidense Basil Bensin, em 1928. Mas é no contexto dos anos de 1970 que esse conceito ganha incrementos sociais mais complexos, chegando às dimensões que compreendemos hoje. E naquele contexto dos anos de 1995 as mulheres da ANMTR já dominavam suas dimensões e defendiam sua aplicação como modelo que projeta uma melhor qualidade de vida para as pessoas. Elas estavam dizendo que não estavam interessadas em praticar uma agricultura voltada para a reprodução dos lucros do capital, pelo contrário, estavam defendendo práticas que tomavam o ser humano em sua centralidade, apontando assim uma perspectiva social, coletiva muito mais ampla, que simplesmente produzir, ou produzir de qualquer jeito. Isso não conta nos seus planos.

Dentro da política de enfrentamento dos problemas que acometiam incisivamente as mulheres trabalhadoras rurais, outra importante ação desenvolvida pela ANMTR consiste na Campanha “Nenhuma trabalhadora rural sem documentos!”, que foi implementada em quase todos os Estados da Federação. O que se projetava no plano imediato é que as

mulheres pudessem acessar os direitos previdenciários conquistados. Mas interpretamos que a situação comporta ainda outros componentes, na medida em que uma mulher sem documento oficial de identificação constrói sobre ela uma invisibilidade na sociedade. Onde ela fica impedida de receber as políticas de atendimento público, a que tem direito, uma vez implementadas pelo estado, seja pelo SUS ou outro serviço qualquer, na medida em que aquela cidadã “não existe”, porque não tem um registro que proporciona sua inserção no banco de dados oficial, dos organismos públicos. Entretanto, no Sul do país, esta campanha já tinha sido iniciada em 1994, inclusive, com a produção de uma cartilha de formação e informação, por onde pregava “Nenhuma trabalhadora rural sem documentos”, publicada em 1994 pela AIMTR-Sul, esclarecendo os direitos civis das mulheres (AIMTR-Sul, 1994).

Para divulgar estes direitos, o MMA utilizou a criatividade e a arte, articulando em 1996 uma Caravana com o teatro “Poemas que se fazem vida”, percorrendo seis municípios do Estado de Santa Catarina. “No espetáculo era mostrado o cotidiano das mulheres e sua história de lutas e conquistas” (MMA, 2008, p. 15). Em 1997 é organizada a caravana com o teatro “Guia dos direitos da Mulher”, “que visava informar, orientar e motivar para a necessidade da organização. Nos dois teatros as artistas eram as próprias mulheres, jovens e crianças agricultoras” (MMA, 2008, p. 15). Desta forma, o teatro não é somente uma metáfora que expõe uma história num palco montado, assim também se torna um palco de formação política, resistência e luta pelos direitos das mulheres, que toma as próprias agricultoras como personagens e protagonistas.

As mulheres que atuam também protagonizam a criação, como é o caso de Sirlei Kroth Gaspareto que elaborou o roteiro deste último teatro, detalha como fizeram:

A caravana foi passando por universidades e espaços comunitários onde fazíamos o debate com a sociedade sobre a importância dos direitos da mulher. Mostrávamos nossas reivindicações principais, naquele momento além dos direitos, lutamos pelo fim da violência no campo, pela viabilização do assentamento das famílias acampadas em ocupações de terra e pela viabilização da agricultura familiar, camponesa. Através do teatro também foi debatido com autoridades demons-

trando a realidade da mulher na agricultura, denunciando e exigindo o fim da violência praticada contra as mulheres (Gaspareto, 2017, p. 22-23).

Sirlei nos descreve o percurso do teatro seguido de debates com a comunidade, onde destaca além da importância dos direitos das mulheres, aponta também quais eram as suas principais reivindicações. O leque de lutas era amplo, na medida em que reivindicavam o fim da violência no campo, a legalização dos assentamentos no campo, bem como viabilizar a agricultura familiar camponesa. Mas além das bandeiras de lutas mais gerais, comum aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, ocorre um aspecto em particular que se refere ao fim da violência praticada contra as mulheres. É uma narrativa que aponta questões gerais e também específicas que dizem respeito à vida das mulheres. Essa clareza na distinção entre as pautas de lutas gerais e as lutas específicas das mulheres demonstra elevado grau organizacional, assim como elevado grau de politização e distinção teórica das questões a serem levadas ao debate, no enfrentamento dos problemas.

Articulando luta, cultura e resistência, outro acontecimento importante no ano de 1997 foi a realização do 2º festival da canção do MMA/SC. Seu Tema: Mulher e cidadania. Lema: “Cantando nossos valores construímos cidadania”, que resultou na publicação de uma cartilha no ano seguinte. Sirlei destaca que, “os objetivos estabelecidos eram: ‘Expressar nossa cultura, valores, saberes, compromisso com a nossa organização, enquanto mulheres trabalhadoras e com nossa classe. Oportunizar a festa, a alegria e a certeza de que nossa utopia diária será sempre a construção da cidadania’” (Gaspareto, 2017, p. 23).

O texto de Gaspareto é claro quanto aos objetivos do segundo festival da canção das mulheres trabalhadoras rurais, que consiste em cantar os valores e construir a cidadania. Os valores exaltados, por ocasião das canções apresentadas são os valores das mulheres trabalhadoras rurais que assim se prestam a servir de exemplo para as demais, como um instrumento para construir a cidadania delas, por elas, para elas, com elas. Agindo assim, não esperam que a cidadania lhes caia no colo, nem que seja delegada por algum tutor, alguma tutora, mas que seja decorrente da construção das mulheres.

“Em 8 de março de 1998 o MMA/SC celebrou os 15 anos de existência em sua terra natal, Nova Itaberaba/SC. Mais de 15 mil pessoas participaram do encontro comemorativo ‘Unidas contra o Neoliberalismo por Justiça, Saúde e Igualdade’” (MMA, 2000, p. 15).

Neste ano, a luta central foi por saúde pública de boa qualidade para todos. “Foram recolhidas aproximadamente 20 mil assinaturas exigindo do governo do Estado o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e de Programas de Saúde da Mulher e a aprovação da Emenda Constitucional (PEC) 169/93” (MMA, 2000, p. 15). Desta grande manifestação saíram caravanas para a capital do Estado e do país para entregar os abaixo-assinados ao governador do Estado, presidente da Assembleia Legislativa e ao Ministro da Saúde.

Para além do expressivo número de participantes que comparecem na comemoração de 15 anos do MMA, também merece destaque o título do evento, que naquela oportunidade, além de tratar das questões específicas das mulheres como saúde, entendida aqui como os cuidados com a saúde das mulheres, e igualdade, que interpretamos como a luta pela igualdade no tratamento em relação aos homens, uma vez que não aceitam nenhum tipo de discriminação no tratamento entre as pessoas, orientada sob a condição de gênero.

O início do título já aponta para o princípio da unidade na luta contra o liberalismo por *justiça*. Se a luta unida contra o liberalismo aponta para o enfrentamento de uma cultura econômica que domina o planeta, essa é externa até mesmo do país onde elas atuam, mas não menos importante, por isso se propõem empreende-la, porque por algum motivo elas interpretam que o liberalismo impacta as suas vidas. Mas para que tal enfrentamento ocorra, exige que seja sob a unidade das mulheres. Porém a luta para que exista justiça se explica porque toda a sociedade brasileira necessita dela. A luta por justiça não é de hoje, não era daquele tempo, ela é de um tempo imemorial, porque no Brasil a justiça sempre foi cega para os pobres e para as populações rurais, para as populações pretas e indígenas. Sobre essas populações paira um espectro, uma nuvem de terror tamanha é a falta de justiça que ronda suas cabeças. Falta justiça na aplicação das leis, falta

justiça econômica, falta justiça social. E as mulheres do MMC enfrentam essa falta de justiça incluindo a discussão na sua pauta de lutas.

Na perspectiva de uma luta mais abrangente, em 1999, o MMA participou da Marcha Nacional de Brasília pela construção do Projeto Popular para o Brasil. Naquela oportunidade enviou uma expressiva delegação transportada por seis ônibus.

No contexto do final da década de 1990, que embora já venha apontando antes, mas o MMA começa a debater um novo projeto de agricultura camponesa agroecológica. Neste sentido, segundo Zenaide Collet, informa que, “no informativo de nov/1999 do MMA/SC, encontramos uma coluna onde são relatadas práticas agroecológicas. Dicas de orientações às mulheres. Percebe-se que há de fato uma compreensão e experiência nesta linha” (Collet, s/d, p. 26). Embora já sinalizasse essas práticas no pretérito, mas é desse espaço do informativo que o MMA lança mensagens claras às mulheres agricultoras ressalta a importância das práticas agroecológicas, presta orientações e divulga as práticas exercitadas por outras mulheres, já integradas ao MMA.

O alvorecer do terceiro milênio trouxe consigo novas questões a serem priorizadas pelo movimento que, de certa forma, nasceram no contexto de discussão de um movimento nacional autônomo, camponês, feminista, tendo como uma das bandeiras centrais de luta uma agricultura camponesa agroecológica. Só aqui aparecem três questões novas fundamentais para o movimento: camponês, feminista e agroecológico (a questão da agroecologia já vinha pontuando as reivindicações desde meados dos anos de 1990). Questões que, por sua vez, estão fortemente entrelaçadas. Mas é nesse novo contexto político para o país, que de fato elas vão tomar caminhos mais claros quanto a inclusão de outras temáticas.

Em relação à questão agroecológica, no ano de 2001, ocasião em que foi liberado o cultivo experimental de transgênicos no Brasil, as camponesas discutiram nos grupos de base “a agricultura que queremos”, a partir de um dos encontros propostos na cartilha preparatória à VIII Assembleia Estadual, com o lema “Filhas da terra na construção de um projeto novo” (MMA, 2001, p. 01), onde também afirmaram no primeiro encontro que

“lutamos por uma agricultura orgânica e agroecológica diversificada em nossas propriedades individuais e em grupos de cooperação” (p. 6). Nesta VIII Assembleia estadual que aconteceu em Concórdia/SC, nos dias 17 a 19 de novembro de 2001, elas tomando as rédeas de seus destinos pelas mãos,

[...] se decidiu pelo enfrentamento do modelo de agricultura capitalista e busca de ações concretas para avançar no projeto de agricultura agroecológica, a partir do cotidiano das mulheres. Para contribuir na compreensão das mulheres sobre esta necessidade, o Movimento assume o programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças (MMA, 2008, p. 17).

Estas “filhas da terra” de fato estavam construindo um “projeto novo” que, na realidade se tratava, em boa medida, na retomada das práticas ancestrais de indígenas e quilombolas que foram descredenciadas pelo processo de modernização da agricultura, sobretudo, pela disseminação das sementes transgênicas, que eram apontadas como as mais resistentes às pragas e mais produtivas, em relação àquelas remanescentes das culturas originárias. Entretanto, este “programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças” se tornou tão central nas práticas feministas do movimento que despertou o interesse de pesquisas acadêmicas tanto por militantes pesquisadoras (Cinelli, 2012; Gaspareto, 2017; Collet, s/d;) quanto por acadêmicos (Tecchio, 2005; Adão, 2009; Salvano, 2010; Boni, 2012; Muraca, 2015).

Também é importante destacar que as mulheres campesinas do Oeste catarinense precederam à campanha de produção das sementes crioulas desenvolvida pela Via Campesina em 2003. Para desenvolver “programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças” o MMA buscou parcerias com movimentos e entidades comprometidas com a questão.

Este processo culminou com a realização no dia 8 de março de 2003, em Curitibanos/SC, de uma “mobilização contra a violência, a guerra e o poder imperialista. Em seguida, o seminário sobre agricultura agroecológica e socialização de experiências de sementes crioulas, produzidas pelas mulheres”, (MMA, 2008, p. 18), que foi promovida pelo MMA, que teve como lema “Filhas da Terra, produzindo sementes crioulas e alimentando

sonhos de libertação”. Neste Dia Internacional da Mulher, também foi lançado o mutirão de organização de base em preparação à celebração dos 20 anos do MMA que atingiu “91 municípios, organizamos 332 novos grupos de base. Realizamos 13 encontros regionais envolvendo diretamente 5000 mulheres agricultoras” (MMC, 2003, p. 01).

Essa atividade realizada no dia 8 de março de 2003 é uma demonstração da capacidade de mobilização e idealização apontando os caminhos que o movimento de mulheres deve seguir. Não queremos crer que essas mulheres politicem as questões. É na política que se decide o preço do feijão. Pois bem. É na política que elas entram para falar, elas próprias, o que é prioridade em suas vidas.

Ao mesmo tempo em que outras pautas eram agregadas pelo movimento, os grupos de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil avançam no debate acerca da construção de um movimento de mulheres autônomo. Esta discussão também perpassa o processo do mutirão de organização nos grupos de base que vai culminar no III Congresso do MMA/SC, em novembro de 2003, em Chapecó, com a participação de 230 delegadas, que, “entre outros desafios foi aprofundado proposta de consolidação do movimento autônomo nacional” (MMA, 2008, p. 18), que é justificado da seguinte maneira: “A constituição de um movimento popular, autônomo, classista aflo-
ra da necessidade de unificar as lutas feministas aprofundando a história de lutas das mulheres e elaborar coletivamente a intervenção política para a construção de uma sociedade igualitária” (MMA, 2008, p. 19).

Essa citação distingue claramente que o MMA luta para se organizar sob a constituição de um movimento popular, autônomo, classista como uma necessidade de unificar as lutas feministas, visando aprofundar a história de luta das mulheres. Essa perspectiva assim como se apresenta propõe uma intervenção política coletiva para construir uma sociedade igualitária. Considerando estes aspectos sobressai uma demonstração obvia contida no princípio que as mulheres têm clareza política das ideias que acreditam e defendem na condução do seu movimento e como formulação para a sociedade que desejam construir, num futuro, não mensurado. Mas o cenário está posto, formulado, porque elas sabem o que querem e sabem expor de modo didático.

É no contexto da celebração dos 20 anos de comemoração de sua existência que o MMA conquistou o “IX Prêmio Cidadania Mundial”⁴, como reconhecimento do excelente trabalho de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças. O Prêmio foi recebido pelas representantes do MMA no dia 03 de setembro de 2003, no Auditório do Ministério da Justiça, em Brasília. “Os 20 anos de mutirão anima a luta e dá mais vida” (MMA, 2003).



Foto: III Congresso Estadual do MMA/SC, Chapecó, 29 e 30 de novembro de 2003.

Fonte: MMA, 2003.

Assim, entre os dias 05 a 08 de março de 2004, em Brasília, o MMA participou com 360 mulheres⁵ do congresso nacional que consolidou o Movimento de Mulheres Campesinas do Brasil (MMC), como entidade que organiza e lidera o movimento das mulheres. Por outro lado, no município de Itapiranga/SC, nos dias 20 a 22 de novembro de 2004 foi realizada a 9ª Assembleia Estadual que teve como lema “MMA/SC na luta! Participando e construindo o MMC do Brasil”, foi deliberado que “o MMA/SC passa a se denominar Movimento de Mulheres Campesinas e assume os princípios de ser um movimento de luta, de novas relações, de autonomia, feminista, camponês, classista e socialista” (Jalil, 2009, p. 95).

4 Prêmio concedido pela Comunidade Bahá’í do Brasil.

5 Relatório do Seminário MMC/SC, 25 anos de organização, lutas e conquistas! Dignidade e produção. Chapecó, 30 de abril, 1º e 2 de maio de 2008.

Esta transição do MMA para MMC é analisada por Valdete Boni em sua tese “De agricultoras a camponesas: o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas” (2012) e Salvaro (2010, p. 34-68), também faz esta discussão no primeiro capítulo de sua tese sobre o MMC em Santa Catarina. Também, Tecchio (2005) analisa que, “ao assumir o nome ‘Movimento de Mulheres Camponesas’, fica clara a opção por um projeto de agricultura autônomo, independente e sustentável e não apenas, uma mudança semântica de nome” (p. 12).

Esta ressignificação do termo camponês está ligada à retomada dos significados e sentidos políticos das Ligas Camponesas por onde se promove uma associação de camponês, camponesa com produção de alimentos saudáveis. Por onde o MMC visa reforçar a prioridade das práticas e desenvolvimento de uma agricultura camponesa baseada nos princípios da agroecologia. Nesse sentido, Adélia Schimitz analisa que:

Isso nós como camponês eu defendo essa [ideia] porque a terra tem que cumprir sua função social e a função social da terra é produzir comida, não é produzir apenas pro agronegócio, pra exportação, é produzir comida. E dentro disso o movimento defende a produção agroecológica, a produção camponesa, por que camponês é todo aquele que produz alimentação, que produz comida, e isso pra nós é muito forte. (Schimitz. Entrevista, 2013.)

Então, o MMC como movimento intensifica o debate sobre a necessidade de construção do projeto de agricultura camponesa e agroecológica como forma de enfrentamento e resistência ao agronegócio, como um processo que, na realidade já estava em curso através do implemento significativo do “programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças” desde 2002 que se desenvolveu “através de oficinas, observando os princípios da educação popular, onde se ‘aprende a fazer, fazendo’. O estudo político e técnico parte do conhecimento de cada mulher presente” (Collet; Gaspareto; Munarini, *et al.*, 2012, p. 20). Desta forma, só no ano inicial foram realizadas treze oficinas com três etapas em treze regionais do MMC/SC.

O desenrolar deste programa foi tão significativo que serviu de inspiração para a realização do convênio “África do Sul, Brasil e Moçambique

– Implantação de bancos comunitários de sementes e capacitação para o resgate, multiplicação, armazenamento e uso de sementes tradicionais/crioulas em áreas de agricultura familiar”, em 2001 com a “metodologia de experimentações participativas (camponês/produtor-pesquisador/governo)”.

A implementação do convênio consistiu no desenvolvimento do programa “África-Brasil: participação Social e Cooperação Internacional” que, se iniciou a partir do Fórum Social Mundial, em janeiro de 2009, em Belém, ocasião em que o Brasil recebeu uma delegação africana, composta por 11 países, “com o objetivo de promover o intercâmbio de experiências sobre as políticas públicas implementadas no Brasil e em diferentes países da África, facilitando a troca de informações entre organizações da sociedade civil, governos locais e movimentos sindicais brasileiros e africanos”. Por isso, “optou-se por um projeto que contribuísse para o desenvolvimento de estratégias de Cooperação Participativa Camponesa (CPC) tanto em nível da unidade familiar quanto do grupo e ou das comunidades”. A Justina Cima, 57 anos, que é uma das lideranças do movimento em Santa Catarina, explica a participação do MMC neste intercâmbio com países africanos, nos seguintes termos:

Esse projeto, nós temos na América Latina e nos países africanos um processo que chamamos Diálogo dos Povos. E dentro do processo do Diálogo dos Povos surgiu essa necessidade de se trabalhar com um projeto de agricultura e de sementes crioulas. No ano passado, quando teve o Fórum Social Mundial em Belém, o Diálogo conseguiu garantir as passagens através do governo brasileiro para a participação dos companheiros e das companheiras da África no Fórum Social Mundial de Belém. Nesta vinda, os companheiros que vieram, as companheiras, tiveram audiência com o governo brasileiro. Conheceram o Ministério do Desenvolvimento Agrário, estiveram na Secretaria Geral da Presidência da República e apresentaram uma demanda e a necessidade de que o governo brasileiro contribuísse com os movimentos da África nessas questões do projeto de agricultura campesina. E o governo brasileiro então se sensibilizou e abriu possibilidade de construir um projeto aonde os movimentos do Brasil poderiam contribuir na troca de experiência com os movimentos africanos na questão das sementes crioulas. E aqui no Brasil teve um debate então. E teve indicação de dois movimentos que tinham trabalho com o processo de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas.

Então teve a sugestão do Movimento de Mulheres Campone-sas do Brasil e do MST⁶ do estado de Goiás. Quando o MMC recebeu este convite, como nós fazemos parte do Diálogo dos Povos, julgamos muito importante assumir esta tarefa e contribuir com este projeto. Na direção nacional do Mo-vimento de Mulheres Camponesas teve o debate, a discussão. E o Estado de Santa Catarina teria mais condições de contribuir porque vem desenvolvendo concretamente todo esse trabalho da recuperação, produção e melhoramento de sementes. Então, concretamente, quem vai estar no projeto vai ser o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Ca-tarina. E na coordenação, então, ficaria uma dirigente que é da direção estadual e também da direção nacional. Também é importante dizer de que para avançar na construção do pro-jeto nós estivemos na África, o MMC, o MST, o Ibase, que é o Instituto de Estudos Socioambientais do Rio de Janeiro, mais o governo brasileiro em outubro do ano passado, aonde nós fizemos a discussão com o governo da África, da Namíbia, da África do Sul, e Moçambique. Com as organizações da-queles países, com as embaixadas brasileiras que estão na-queles países, já que o projeto seria de governo pra governo e a execução seria dos movimentos (Fala de uma liderança do MMC no Intercâmbio com africanos/maio de 2010 *apud* Boni, 2012, p.156-157).

A citação de Justina Cima aponta vários aspectos, como por exem-plo a capacidade de articulação política com movimentos externos, da América Latina e da África, de um modo mais preciso com África do Sul, Moçambique e Namíbia. Mas também internamente com o MCP e com o governo federal do Brasil a quem solicitou financiamento para trazer a delegação africana, para interagirem trocando experiências. Salienta que as indicações de quais instituições deveriam integrar o convênio decorreu de um debate. Esse aspecto é importante porque expõe de modo claro que as decisões ocorrem através do diálogo entre seus integrantes.

Então, como parte deste importante intercâmbio durante os dias 3 a 18 de maio de 2010, uma missão de camponesas e camponeses africanos ligados aos movimentos sociais do campo estiveram no Oeste catarinense para conhecer a experiência de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças. A camponesa Catiane Cinelli, fez parte da

6 De acordo com Catiane Cinelli, que fez a revisão deste texto e que também participou deste intercâmbio, trata-se do Movimento Camponês Popular (MCP) e não do MST, que não participou deste intercâmbio com países africanos

coordenação deste intercâmbio entre países africanos e o Brasil “justamente nesse mote da agricultura camponesa agroecológica, em contraponto ao agronegócio e à Revolução Verde. A experiência do MMC, da qual levamos as contribuições e trocas de saberes para as organizações africanas, foi obtida com o Programa de Sementes” (Cinelli, 2012, p. 27), que foi objeto de sua dissertação de mestrado em Educação nas Ciências.

Observamos em seu texto que a política desenvolvida pelas mulheres, através do intercâmbio, pugna por uma agricultura camponesa agroecológica, como instrumento eficaz para enfrentar o chamado agronegócio e a chamada revolução verde. Não é necessário falar sobre agronegócio, uma vez que o público brasileiro sabe muito bem do que se trata, como age sobre as áreas de floresta, quem se beneficia com ele e tudo mais. Porém, a denominada revolução verde, nasceu no contexto dos anos de 1960, nos Estados Unidos, proposta pelo agrônomo Norman Borlaug, com a promessa de acabar com a fome no mundo. Fez uso maciço de inseticidas, pesticidas, produtos artificiais para melhorar a produtividade e fez uso de uma gama de tecnologias aplicadas à agricultura. O agronegócio é uma extensão da revolução verde. Compreendendo dessa forma temos que esse aparato tecnológico, ideológico e econômico nas mãos dos detentores do capital percebemos que eles nunca solucionaram os problemas de fome das populações pobres. Nem no Brasil, nem nas outras regiões do planeta.

Sirlei Gaspareto, a partir da ótica de militante do movimento também faz excelentes análises sobre o Programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças, na perspectiva de ressignificação dessa práxis como lutas de resistência. Vejamos como ela se posiciona a esse respeito:

Com a implementação desse Programa, o Movimento buscou (re)significar e fortalecer as experiências como lutas de resistência. Fazem enfrentamento aos transgênicos. As sementes crioulas faziam parte da vida das mulheres. Estavam como que ocultadas pela invisibilidade social e política das mulheres, assegurando uma renda também oculta. Essas sementes, através de suas técnicas de guardar na terra, começaram desde então a ser trocadas pelas práticas dessas mulheres em movimento. As mulheres campesinas em movimento começaram a estudar e a discutir sobre os modelos de desenvolvimento da agricultura. Assim, partindo do “território das

mulheres” fizeram enfrentamento com projetos do capital que repercutiu no pensar/fazer em seus espaços camponezes e rurais. É neste contexto e envolta a esses processos que começou ganhar maior expressão a questão da construção de saberes/conhecimento (Gaspareto, 2017, p. 117).

Em sua análise aponta a preocupação em (re)significar *e fortalecer as experiências* das mulheres, mas também enfrentaram os transgênicos, por onde recorreram as sementes crioulas, tomadas como parte da vida das mulheres, que foram disseminadas. Sendo assim associam a invisibilidade das mulheres à invisibilidade das sementes crioulas. Sementes e mulheres ganham visibilidades na luta política no enfrentamento do capital e no modelo de desenvolvimento da agricultura, conforme ocorre expresso no texto. Tudo isso aponta para expressão dos saberes e conhecimento das mulheres camponesas.

Ainda caminhando nessa senda, também Cinelli destaca que estas práticas agroecológicas se constituem em um modo de vida: “com suas produções agroecológicas mostram que há outras formas de estar e de viver no mundo e no campo, para além do ditado pelo agronegócio, experienciando outras relações com a terra, com a natureza, com as pessoas e com todos os seres vivos. Com isso, demonstram que a agroecologia é um modo de vida (Cinelli, 2016, p. 17).

Por tudo que nos aponta Cinelli temos que a situação entendida como a produção agroecológica que expressa um modo de vida, de relação com a natureza que contrapõe ao agronegócio, o que queremos crer é que na realidade temos algo muito mais complexo que expressa uma cultura muito mais ampla imbricada, superposta, entrelaçada, que não distingue de modo estanque onde termina e começam os papéis dos seres no habitat, pois comprehende todos os seres que interagem no meio ambiente como essenciais à vida e à produção. E só se percebe os espaços de interação nesses patamares quem tem uma relação de afeto com a terra, como é a relação estabelecida por essas mulheres camponesas com o lugar de onde produzem e tiram o alimento para si, para a família e para nós que habitamos nas cidades.

Outra questão fundamental que as camponesas em movimento trouxeram neste terceiro milênio foi se assumirem como feministas, identidade demarcada, sobretudo, a partir da consolidação do MMC a nível nacional. Todavia, trata-se da construção de outras epistemologias, de um feminismo que nasce da base, do feminismo camponês e popular que é fruto da prática e da teorização desta experiência pelas próprias camponesas. Trata-se na abordagem feita por Gaspareto (2017) de uma “epistemologia feminista camponesa” (p. 27), porque incorpora e se constrói sob as condicionantes e dinâmicas próprias do mundo dessas mulheres, que olham o mundo sob outras matizes, em que vigora uma necessidade de traduzir na linguagem das culturas rurais locais as questões mais elementares como o acesso à saúde da mulher; quando considera a tripla jornada de trabalho, que envolve condições desconfortáveis de trabalho, de acomodação do lar, da luta pela vida e assistência aos filhos; na luta contra o analfabetismo das mulheres camponesas; bem como ao acesso aos serviços elementares essenciais que ficam distante das moradias rurais, nas cidades e assim por diante. Por estes e tantos outros aspectos acreditamos que as novas abordagens do feminismo camponês e popular ganha força e campo para ser praticado por essas mulheres camponesas, dentre as quais Gaspareto se destaca.

2 Processos de formação

Desde os primórdios do MMA, o trabalho de base e a formação, em seus vários níveis são essenciais para orientar as práticas do movimento que segue as fundamentações e os princípios da educação popular preconizada pelo pensador Paulo Freire. Portanto, é através das referências freirianas, que os conhecimentos e os saberes das mulheres camponesas são valorizados. É sob essa carga de conhecimentos que embasam e por onde seguem desenvolvendo uma consciência crítica de suas integrantes. É em fidelidade a esses princípios que a militante Catiane Cinelli, 29 anos⁷, da direção estadual e nacional do MMC, detalha o que as suas dirigentes e o MMC entendem por educação popular, conforme apontamos abaixo:

Então, no MMC a gente trabalha com a concepção da educação popular. E a educação popular ela pode se dar tanto na escola como fora dela. Então, nós trabalhamos com a dimensão não formal da educação. Quando no movimento a gente fala em educação, a gente tá falando da formação, da conscientização, de como as mulheres se educam, da metodologia da educação popular que se trabalha, respeitando os conhecimentos das mulheres e como que esses conhecimentos vão se aprimorando, melhorando, se construindo diferentes no processo de formação, não considerando de que elas não sabem vai ter alguém pra ensinar, mas no sentido de que no diálogo com as companheiras elas aprendem. Então, é nessa dimensão que se trabalha o movimento. E quando nós trabalhamos o movimento a gente tenta respeitar alguns princípios da metodologia da educação popular, do respeitar os saberes das mulheres, do valorizar os saberes das mulheres (Cinelli. Entrevista, 2013)

Em seu discurso - em que sobressai uma liderança do MMC como promotora e gestora de uma proposta de modelo educacional - aparece essa dimensão da filosofia freiriana, considerando e respeitando a pessoa ao entrar na escola, onde ela carrega conhecimentos que são tomados como elementos constitutivos no processo ensino/aprendizagem. O ensino assim é tomado como um processo que não cessa na cabeça da pessoa,

⁷ Na época da entrevista em 2013. Hoje, a Catiane já tem 41 anos e milita no MMC do Maranhão.

porque valoriza sua história de vida, considerando as dimensões constitutivas da realidade social tangível. E sendo assim o processo de aprendizagem ocorre não somente na escola, de modo formal, mas fora dela também. Porque a presença física, no seu interior serve como motor emocional que a pessoa carrega consigo para fora dela, e sendo assim, com base naqueles fundamentos ali adquiridos consegue entender sua realidade, estabelecer as conexões e continuar aprendendo, mesmo que o gestor da sala de aula não esteja ao seu lado, no momento em que tem as ideias de aprendizado, no seu cotidiano, na vida ordinária. O aprendizado ganha uma vitalidade porque ocorre de modo contínuo.

Para atender as políticas estabelecidas pelo MMC é que ocorre o desenvolvimento de programas de formações em vários níveis: para dirigentes nas diversas instâncias de direção, para monitoras e para os grupos de bases subsidiados por cartilhas de estudos que são definidas nas assembleias estaduais. Também são elaborados outros materiais educativos como folders, panfletos, calendários com datas históricas de lutas, livros, site do movimento e o Informativo bimestral para informação, estudo e outros usos políticos das companheiras. Letícia Pereira, uma jovem de 23 anos, natural de Curitibanos, destaca a importância deste Informativo bimestral:

Na comunicação então, além de toda a questão do arquivamento histórico do movimento que também é minha responsabilidade, tem a questão do Informativo que a gente tem uma tiragem bimestral do Informativo do movimento de mulheres de Santa Catarina. Então, é um jornal onde as mulheres se enxergam nele e se encontram muito nele. [...] É muito interessante pra nós porque elas já criaram uma mistica desse jornal ai há muito tempo, enfim, há mais de quinze anos que ele tá levando até as mulheres o que elas querem, um pouco das fotos que elas querem se ver no Informativo, querem ver a sua regional; e também leva informação e conhecimento. Então, é uma coisa muito atrativa, elas esperam ansiosas pelo próximo informativo, pra ver o que vai tá lá, quem vai estar lá. Então, é muito gostoso isso assim você poder levar até elas essa questão (Pereira. Entrevista, 2013).

Nessa passagem a responsável pela comunicação do MMC destaca a importância do arquivamento dos documentos com a preocupação de servir como fonte para a escrita da história das mulheres. E também exalta a importância do Informativo para as mulheres, uma vez que elas se veem

nele, seja através das fotografias, ou através das notícias de suas lutas regionais veiculadas. Mas é também espaço por onde adquirem conhecimentos. Esses aspectos que qualificam e caracterizam o Informativo geram uma ansiedade nas leitoras, que ficam aguardando o número bimestral sair para conferir as questões que lhes interessam.

Diante da centralidade do processo formativo no movimento, surgiu a necessidade da criação do Grupo de Elaboração e Proposição (GEP), que segundo a militante pesquisadora, Sirlei Gaspareto, que desde o início de sua atuação no movimento contribui na formação, destaca a importância de grupo se pronunciando nos seguintes termos “é um grupo que sistematiza, que organiza as ideias, que pensa e propõe alternativas a partir das perspectivas que as mulheres estão construindo, estão pensando, no sentido do rumo do movimento para onde nós vamos, como nós atuamos” (Gaspareto. Entrevista, 2015. p. 02).

Por suas palavras se comprehende que o MMC construiu uma estrutura organizacional, centralizada, através da qual mantém um núcleo pensante, que tem a incumbência de receber as demandas e articular os meios políticos, por onde discute as questões essenciais que estão mobilizando as mulheres. Queremos dizer com *isso* que são mesmo os problemas concretos que o movimento enfrenta no dia a dia, seja em qualquer aspecto do campo político ou nas questões relacionadas ao campo técnico que diz respeito às labutas na terra. Esse núcleo pensante tem a responsabilidade política de se preocupar em esgarçar, através do debate interno e até levando para o conjunto das companheiras, os meios para encontrarem em reuniões colegiadas as soluções para os problemas que lhes incomodam. Sobressai a ideia que é esse núcleo pensante no desempenho de suas funções aquele que articula tudo.

Os processos formativos, a partir da base e das lutas, perpassam todas as ações do MMC. Muraca (2015) a partir de uma “etnografia colaborativa” analisou as “práticas pedagógicas populares, feministas e decoloniais do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina”, destacando que:

A dimensão educativa, seja ela intencional ou não intencional, é transversal ao MMC/SC inteiro, sendo que todas as ins-

tâncias em que se articula em vários níveis (as assembleias, as coordenações, os coletivos nacionais, estaduais, regionais e municipais) e todos os momentos em que se desenvolvem suas propostas (encontros, cursos, reuniões, manifestações, debates públicos) constituem espaços de co-construção de aprendizagens sociais, práticas, linguísticas, simbólicas, reflexivas, éticas, cognitivas, teóricas, político-técnicas, culturais, etc (GOHN, 2011). Alguns contextos, porém, expressam uma função políticopedagógica mais explícita. É o caso, por exemplo, do coletivo estadual de formação, que se ocupa em interpretar as necessidades educativas dentro do movimento, em planejar iniciativas formativas, em monitorar sua realização e implementação, em um diálogo constante com as formadoras, os grupos de militantes e as coordenações. Entre outras responsabilidades específicas, o coletivo elabora o material informativo: o boletim, as cartilhas, os panfletos, os livros e as brochuras e atualiza o site do movimento: www.mmcbrasil.com.br (Muraca, 2015, p.169-170).

Essas citações interseccionadas de Gohen e Muraca, conforme consta, vêm corroborar nossas afirmações exaradas um pouco antes, quando a partir da citação da entrevista da Gaspareto apresentamos nossas interpretações para aquilo que entendemos ocorrer como uma política do MMC, com o fim de forjar um processo de aprendizado contínuo, de modo colaborativo, participativo que perpassa todos os espaços e instâncias do movimento de mulheres. Que consiste num mecanismo continuado, pérenne de formação política.

É exatamente este processo de formação que parte do chão concreto da vida das camponesas, construindo sua consciência política e transformadora que, se expressa nas narrativas de muitas mulheres que experimentam a sua participação no movimento tomado como uma escola, como uma faculdade que prepara as pessoas para enfrentar a vida. Por isso, Carmem Kilian Munarini (Carminha), 56 anos, que participa desde os primórdios do MMA, afirma o que entende ser o MMC no seu processo de formação política:

O Movimento das mulheres pra mim foi como uma escola, uma faculdade, uma coisa assim que me ajudou a ter muito conhecimento assim, porque eu tenho o segundo grau, nunca fiz uma outra faculdade, mas pra mim o Movimento das Mulheres é uma faculdade porque ali a gente aprende a conviver com as pessoas, a entender o mundo como que ele é e ajudar outras pessoas a se libertarem e a entenderem tam-

bém e a se indignar com a injustiça. A gente é como ter uma outra família onde que a gente é de igual pra igual, né? Então os filhos das minhas companheiras são como se fosse meus. A gente assim aprende a ter esse outro jeito de olhar pra vida, de conhecer as pessoas de conviver. E a nossa luta da classe trabalhadora é uma luta muito importante sim que me ajudou muito, não só a mim, mas também a toda minha família, os meus vizinhos e tal. [...], A gente aprendeu também como produzir, né? Porque a gente tinha, tem um modelo químico de produção que tá tomando conta e tá trazendo muita doença. E dentro do movimento das mulheres a gente aprendeu a produzir agroecologicamente. Então, a alimentação nossa mudou, a gente aprendeu a respeitar toda natureza, o ciclo das plantas, a vida, o ambiente, as águas, tudo pra nós é vida, né? Então, esse defender a vida pra nós, é um todo, então a gente tendo uma alimentação saudável dentro da própria família, faz com que todas as pessoa da família ajude e aceite a participação da gente dentro do movimento, por que eles também tão vendo que é bom pra todos (Munarini. Entrevista, 2013).

Neste riquíssimo depoimento Carminha (como é carinhosamente chamada pelas companheiras) analisa o movimento como uma escola, uma faculdade da vida em que aprende a entender o mundo com outro olhar, na perspectiva da luta da classe trabalhadora que visa a libertação das pessoas oprimidas. Não por acaso ela expressa claramente que “nunca fiz uma outra faculdade”. Aqui temos uma dimensão de sua consciência que decorre daquela formação política que se mistura com o trabalho, onde ocorre a leitura de mundo forjada no MMC que de fato funciona como cursar uma faculdade. Pois ela mesma admite que tem apenas o ensino médio e que o aprendizado que obteve naquele meio corresponde a uma formação universitária. Mas, o mais instigante e emblemático em suas palavras consiste na ideia de aprender a compreender o mundo e a se indignar com a injustiça. Ponderamos que é raro o estudante universitário ou pessoa formada gratuitamente na universidade pública brasileira que uma vez formada tenha adquirido essa consciência de si no mundo e que professe haver aprendido a ler e compreender o mundo e a se indignar com a injustiça. Ao passo que essa trabalhadora camponesa militante do MMC se expressa de modo admirável, com tamanha clareza a respeito destes aspectos.

Nesse processo, se amplia a noção de família nuclear, de forma que os filhos de suas companheiras do movimento, são compreendidos como

seus filhos. Tal postura expressa uma rede de solidariedade, que remete à uma ideia em que aquelas mães, por compartilharem com as companheiras os cuidados com os filhos, se sentem envolvidas numa mesma estrutura de sentimentos, porque levam a vida compartilhando as mesmas lutas e ideários de sociedade. A ajuda mútua edificada na rede de apoio para cuidar dos filhos, constrói ainda um sentimento de mãe que se estende aos filhos que não foram gerados por elas. Essa manifestação é a expressão máxima de um sentido de pertencimento coletivo, onde todos os filhos são filhos de todas as mães, que ali atuam, forjando e esgarçando as compreensões de família e de maternidade. No entanto, o sentido de família nuclear não é posto em questionamento e nem o movimento se manifesta ou elabora algo a esse respeito – pelo menos não encontramos na pesquisa. Mas está clara a política em torno das práticas e manifestações de solidariedade, apoio, cumplicidade entre aquelas mulheres.

O relato da Carminha expõe – ainda – e dele se apreende que há uma política deliberada pelas mulheres, que é comprometida com novas formas de produção orientada sob o viés da agroecologia, visando a produção de alimentos saudáveis, conduzida por práticas que envolvem toda a família. Incentiva também que essas práticas cheguem para a vizinhança, externa ao movimento de mulheres. A mobilização que articula a rede de vizinhos contribui para ampliar o cinturão de práticas saudáveis no entorno do movimento de mulheres. Desse modo se evita a contaminação da produção por veneno, das mulheres integradas à agroecologia. Temos por esses meios que, quanto mais gente praticar agricultura saudável, mais o MMC se fortalece. Mas essa é também uma oportunidade de contribuir para que toda a sociedade tenha uma elevação na qualidade de vida através de uma alimentação que decorre de uma agricultura saudável. Sob essa condição também se amplia o leque de solidariedade e de produtividade.

Carminha, em seu discurso expressa de modo claro que a escola, ou em outras palavras, a faculdade – no sentido de curso universitário – que essas mulheres cursaram, não é formal. Mas, expressam que elas se formaram numa espécie de faculdade que oferece qualificação pela participação no movimento **político** liderado por, pelas, com e para as mulheres. Esse entendimento ocorre baseado na ideia que o trabalho realizado amplia a vi-

são de mundo, sob uma perspectiva da formação política, porque incorpora a defesa da vida, da natureza e de todos os seres vivos. Ao mesmo tempo em que as campõesas vão se apropriando dos conhecimentos, construindo novas práticas a partir da experiência adquirida na labuta em torno das pautas políticas, e da luta pela melhoria na qualidade de vida, ainda ocorre uma dinâmica na qual lutam e avaliam a caminhada realizada. Essa formação intelectual ocorre como uma condição do fazer/aprender no cotidiano, apesar dos limites impostos pelo pouco estudo acadêmico formal.

Não que estejamos confrontando as ideias das pessoas, ou se o que uma diz a outra repete, não é nada disso, mas pelo que vimos acompanhando acreditamos que ocorre uma política deliberada, de formação política das pessoas em torno de um eixo de conteúdos programáticos, que vai assimilado pelas participantes e dali vingam os frutos atendendo plenamente os objetivos do MMC. É o que ocorre com Zenaide, que através de Gasparato, corrobora certas passagens do discurso de Carminha, por onde nos salienta que no percurso de lutas ocorre a necessidade de atuar orientada pela formação elaborada através do movimento e que resulta na luta pela formação acadêmica. Vejamos nessa passagem como ela se posiciona:

A reflexão, o conhecimento sobre as plantas medicinais, saúde, sementes crioulas, alimentação saudável, feminismo, e outros a gente foi se apropriando do conhecimento porque aprendemos no MMC refletir, auto avaliar nossa prática, as lutas, o cotidiano, a produção. Daí a gente fala a partir da vivência, mas com argumento. Os limites é que muitas foram poucos tempos na escola, porque também o estudo acadêmico contribui para o nosso crescimento. A maioria das nossas lideranças retomaram os estudos depois do governo Lula e Dilma e olha que desde 1997, 1998 que vínhamo lutando para o direito de estudar. Mas também os cursos de formação a partir dos princípios da educação popular contribui muito para nosso crescimento enquanto liderança. Lembro de uma líder que começou o curso de dirigente em 2002 - 2003 se não me engano. Era analfabeto, mas a formação do MMC sempre tem a prática e o relatório. E ela se desafiou durante estes tempos, ela se alfabetizou e nas ultimas etapas ela também consegui fazer o texto. Foi uma alegria para todas do grupo, uma conquista. O MMC desperta nós mulheres para a busca e apropriação do conhecimento. Isso é uma luta de permanente. O segredo de crescimento pessoal ou do grupo é unir prática e teoria e teoria e prática. Avaliar, constatar,

planejar, praticar, estudar e depois começa tudo de novo.
(Autobiografia Zenaide *apud* Gaspareto, 2017, p. 227/8)

A passagem destacada acima, na nossa visão funciona como uma espécie de felicidade em pleno êxtase discursivo, na medida em que Zenaidé movida por uma lucidez estonteante do que faz apresenta um balanço, por onde segue avaliando e ao mesmo tempo enumerando aquilo que domina por uma gama de aprendizados que adquiriu através da participação no movimento, independente do papel que exerceu. É significativo que ela se percebeu aprendendo a refletir e auto avaliar as práticas e as situações nas quais atuara. Esse excerto expressa a condição da pessoa que toma consciência de si como sujeito político, que arrebata as rédeas de seu destino sob suas mãos, lendo, compreendendo o que está acontecendo diante de seus olhos. É assim que vai construindo o mundo no qual integra, lendo, compreendendo e reconstruindo o mundo naquilo que não concorda, naquilo que não é justo sob a ótica daquelas mulheres. E se posiciona com argumentos claros, pois tem conhecimentos forjados nas práticas e com pleno domínio das teorias. Logo sabe discernir por conhecer os fundamentos filosóficos das questões enfrentadas pelas mulheres. Ela é uma mulher que faz e interpreta as realizações. Pratica e avalia o feito, por ela, por elas, pelo movimento.

É também uma oportunidade na qual expressa que adquiriu conhecimentos relativos às plantas medicinais, alimentação saudável, feminismo, dentre outros aspectos que julga importante mensurar, como decorrente dessa militância política liderada, formulada e voltada pelas/para as mulheres. Essa é uma oportunidade para demonstrar conhecimentos ligados às questões resolutivas que se apresentam no cotidiano, como soluções ditas caseiras para suprir a família do conforto nas necessidades que se apresentam, que vão desde alimentação até a saúde. Mas salienta também outro ingrediente essencial que se apresenta no cotidiano das mulheres, que é conhecer os fundamentos teóricos, para se fortalecerem na luta contra o patriarcalismo e o machismo, que adquire através dos conhecimentos proporcionados através dos fundamentos do feminismo como política libertadora contra as opressões de gênero.

Os momentos em que expressa a consciência de si como agente da transformação são apresentados como decorrentes da vivência, do exercício das práticas que exigem retirar a mulher das condições delegadas pelo patriarcalismo, pelo machismo, que vigoram na sociedade e acima de tudo sustentam os lucros das elites. Sustentam os lucros das elites econômicas e o poder das elites políticas.

É só depois de pontuar algumas referências iniciais, que Zenaide salienta uma dada fragilidade do movimento, que recai sobre a não alfabetização ou pouca escolaridade das mulheres camponesas. Mas aquilo que aparenta ser uma debilidade, constitui na verdade um grande trunfo, pois na medida em que as mulheres, sob os mais variados níveis escolares se juntam, estas propugnam pela escolarização formal de todas aquelas que necessitam, chegando até ao curso superior e pós-graduação. Porque o trabalho contínuo exige participação, conhecimento dos problemas, capacidade resolutiva, avaliação, auto avaliação e eleição de uma pauta de lutas, que envolve a todas. Isso funciona como uma espécie de imã, onde uma puxa a outra, onde uma estimula a outra, visando superar seu status de momento, de sua origem de miséria, discriminação e necessidades. As mulheres pobres não são todas pobres. Na realidade existem gradações na pobreza entre elas. Por isso a luta para superar esse quadro atua promovendo elevação das condições de autoestima e como consequência, promoção da elevação da qualidade política de cada companheira, envolvendo cada uma, de acordos com as condições de participação no movimento, e assim vão protagonizando novos papéis em suas vidas e nas vidas das demais.

É com planejamento e organização que o movimento luta pela educação formal visando promover a emancipação das mulheres, desde setembro de 1998, quando realizou o II Congresso do MMA com o lema “Nenhuma mulher agricultora sem estudar” (MMA, 2008, p. 16), incentivando as mulheres a estudarem, pois, a maioria das mais velhas que militam no movimento não tiveram a oportunidade de estudar quando jovens, porque a educação formal, numa visão patriarcal era negada às mulheres camponesas que, geralmente faziam apenas o primário. Isso decorre do entendimento que mulheres eram criadas para ser mães e cuidar da casa. Na ocasião, chegaram a discutir a formalização de um curso de ensino funda-

mental e médio em parceria com o governo estadual e federal, mas, devido às exigências burocráticas colocadas pelas instituições de ensino e outras questões a proposta não se concretizou. Entretanto, intensificou-se o debate em torno da necessidade da educação formal para militantes também no contexto da Via Campesina.

No essencial essas mulheres, na visão de Zenaide desenvolveram a capacidade de identificar, reconhecer e discernir as coisas, as ideias e assim unem “teoria e prática, prática e teoria, como um “segredo de crescimento pessoal ou do grupo é unir prática e teoria e teoria e prática. Avaliar, constatar, planejar, praticar, estudar e depois começa tudo de novo.” Como ela mesma fala.

Então, a partir do ano de 2000, o MMC conseguiu criar oportunidades em vários níveis de estudo seja em parcerias com outros movimentos sociais como a Via Campesina ou por intermédio de acordos internacionais entre os governos no Brasil, Venezuela e Cuba. Rosalina Nogueira da Silva fala um pouco dessas possibilidades das quais ela foi beneficiada:

Eu continuei nas lutas, mas também me formando. No MMC (Movimento de Mulheres Campesinas) surge muitas oportunidades, uma delas foi a faculdade de homeopatia popular nas três áreas humana, animal e vegetal. Para mim foi uma grande conquista com o apoio do MMC e através dele já fizemos muitas práticas junto com as mulheres da nossa base, repassando para elas esse conhecimento. Recentemente terminamos um curso de fitoterapia e psicanálise de plantas medicinas, com as mulheres da nossa região, com isso nosso coletivo vai sendo conhecido até em nível nacional, pois já recebemos um prêmio pela nossa experiência “Prêmio mulheres rurais que produzem um Brasil sustentável” que recebemos das mãos da nossa companheira ex-presidente Dilma” (Autobiografia Rosalina *apud* Gaspareto, 2017, p. 235)

Aquilo que passa despercebido aos olhos das demais pessoas, para Rosalina é motivo de satisfação, pois reconhece a importância de se qualificar adquirindo novos conhecimentos, que não ficam só consigo, para um usufruto pessoal, mas para compartilhar com as companheiras que integram a base do MMC. Ela segue ampliando o repertório de novas práticas e compartilhando. Mas vejamos, o que se parece com uma busca pessoal, se formar, conseguir um curso aprendendo algo novo, na verdade esse ideário

está sempre ancorado num sonho ainda maior, que é de compartilhar no e com o movimento. É um trabalho contínuo e paralelo, pois busca aquilo que só se inscreve no plano pessoal, na medida em que o curso é feito por ela, o seu nome está inscrito no documento, como aluna, mas o resultado dessa inscrição é circunscrito no campo político, porque ela compartilha com as outras mulheres de seu coletivo.

É desse lugar que ela fala com orgulho porque tem a consciência dos desdobramentos políticos de atos que projetam seu movimento no plano nacional. E é desse lugar também que ela nos fala, mais uma vez com orgulho, por haverem recebido um prêmio nacional pela experiência relacionada às práticas de plantio sustentável, que consiste no “Prêmio mulheres rurais que produzem um Brasil sustentável”, e que foi entregue por Dilma Rousseff, a única mulher a ocupar a presidência do Brasil – que teve seu segundo mandato “cassado” pelo interesse do capital internacional nas riquezas do pré-sal. E cujo golpe de estado ocorreu com interpretações enviesadas da Constituição, numa grande aliança entre as elites políticas e econômicas do Brasil, compondo um verdadeiro conluio internacional contra o país. Mas não foi somente isso, pois os atos diários, ou as consequências nefastas que resultaram desse processo ainda perduram entre nós. Por isso, seu destaque por haverem recebido o Prêmio das mãos da Presidenta Dilma.

Muraca analisa a retomada dos estudos e a ampliação das possibilidades de formação para muitas mulheres do movimento na conjuntura das políticas de inclusão à educação superior desenvolvidas pelos Governos Lula e Dilma:

Muitas delas puderam retomar os estudos que tinham suspenso durante a infância, frequentando cursos de EJA, a partir dos quais tiveram acesso também à formação superior. Neste sentido, assumiram uma importância crucial os programas de concessão de bolsas de estudo integrais e parciais: o Programa Universidade para Todos (PROUNI) relativo às universidades particulares, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), além da introdução de novos mecanismos de admissão às universidades – em particular o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). O engajamento dos movimentos sociais levou ainda: ao reconhecimento institucional de escolas

por eles criadas e geridas, como o ITERRA⁸ frequentado por algumas de minhas interlocutoras e por seus filhos; à criação de cursos de graduação que desenvolvem perspectivas teóricas relevantes para o contexto do campo, por exemplo os cursos de Pedagogia da Terra, e até mesmo de universidades. As articulações internacionais dos movimentos e das organizações do campo – em primeiro lugar a Via Campesina – estabeleceram convênios também com universidades de outros países da América Latina, com o fim de favorecer a mobilidade e aprofundar a formação superior dos militantes. O caso mais emblemático nesse sentido é o da cooperação com as faculdades cubanas e venezuelanas de medicina, onde estudam muitos jovens da Via Campesina, entre os quais as filhas de algumas de minhas interlocutoras (Muraca, 2015, p. 185-186).

Neste sentido, a trajetória de Justina Cima, que milita no movimento desde 1984, é muito significativa, pois, quando criança, ao concluir o primário, teve que parar de estudar, pois, seu pai não permitiu que ela fosse para a cidade continuar os estudos. Essa, em linhas gerais, é uma prática comum relacionada ao destino das mulheres do mundo rural. Apesar disso tudo, ela se tornou uma grande liderança do MMC, tendo participado e colaborado em muitos processos formativos na perspectiva da educação popular. Do ponto de vista do estudo acadêmico, ela só teve possibilidade de voltar a estudar nesta conjuntura analisada acima, e é dessa condição que ela analisa com desenvoltura sua história e sua contribuição ao MMC, muito embora não se projete como tal. Nisso ela é modesta. Na entrevista que realizamos com ela, aos 56 anos de idade, em sua casa em Quilombo, juntamente com Mariateresa Muraca, ela fala da retomada deste sonho de estudo:

Agora depois de muito tempo que eu fiquei mais na formação mais popular, mas com o avanço das políticas públicas consegui fazer o provão, que me credenciou e me deu o diploma do ensino fundamental. Depois eu fui pro EJA fazer umas matérias, e fiz o Enem. No ENEM eliminei as outras matérias, só não eliminei matemática. No EJA fiz matemática, depois fiz o ENEM e consegui me colocar bem. Aí busquei uma bolsa de estudo no PROUNI e consegui a bolsa de estudo. E consegui a minha faculdade de Pedagogia com 56 anos. Vou chegar aos 60 com a minha faculdade (Cima. Entrevista, 2013).

⁸ Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - Distrito de Águas Claras, Viamão/RS

E, de fato, Justina teve a alegria de concluir a sua faculdade de Pedagogia aos 60 anos de idade, embora na escola da vida militante ela seja uma doutora que há muito vem formando lideranças e pessoas pelo mundo, e somente agora ela se inscreve no mundo acadêmico formal, mas isso é só um detalhe que não compromete em nada a sua trajetória, pela riqueza de conhecimentos que ela domina e dissemina por onde passa.

Por outro lado, é neste percurso, pelo desempenho de seu papel como liderança que comprehende o mundo das mulheres camponesas, que estas oportunidades também foram criadas e estendidas para muitas jovens, que mobilizadas desde crianças, acompanhando suas mães na formação e militância política já participavam do movimento, aprendendo pela experiência do ver fazer e ouvir os conteúdos, que hoje se inserem nos mesmos marcos de militância, ainda que em idade tenra. Uma delas é Letícia Pereira, 23 anos, que narra um pouco da sua história:

Então a minha criação foi muito nessa questão da valorização da agricultura, valorização da terra, valorização daquilo que a gente planta e colhe pra sobreviver. E eu fui ver que não dá pra descolar esses momentos históricos assim da vida, porque eu cresci dentro do movimento, acompanhando minha mãe, que a minha mãe desde antes de eu nascer ela já participava do movimento. Então, ela começou bem cedo, porque ela era uma pessoa nova. E eu também comecei bem cedo no movimento, porque vendo aquilo que ela ia fazendo e acompanhando, muitas vezes tendo que acompanhar, né? [...] E eu fui entrando no movimento dessa forma, eu fui vendo o quanto aquilo era importante e o quanto aquilo me fazia bem, participar dele, estar com as mulheres, e estar com ela, mas principalmente conhecendo o que era o MMC. Comecei assim então, primeiro nessas atividades indo com elas, e depois eu fui a algumas atividades eu fui chamada, convidada pra ir enquanto Letícia, na época ainda adolescente, criança, mas fui me inserindo (Pereira, Entrevista, 2013).

Esta inserção no movimento, pontua Letícia ocorre desde o ventre materno, pois a Marilene, sua mãe, é muito atuante na luta, onde ela inscreve esse perfil relacionado à sua mãe. Isso fez com que Letícia fosse forjada na caminhada de sua genitora. Mas, ocorre um momento em que ela mesma é chamada para assumir também o seu papel, como sujeito social ativo, na plataforma de lutas do MMC. Aquelas mulheres não diferenciavam a militância política dos demais papéis sociais e familiares e sendo

assim, eram acompanhadas de seus filhos e suas filhas. É assim que Letícia fala de seu prazer em acompanhar sua mãe, participando nessa condição. Mas urge a necessidade de formar novas lideranças para fazer avançar o trabalho político. É nesse contexto que é convocada a integrar o movimento desempenhando um papel, assumindo responsabilidade – depreende-se esse entendimento de sua narrativa. É desse lugar que ela fala na passagem citada acima.

Mas é também da condição de militante que ela fala, por outro lado, de um sonho alimentado consigo, que consiste em ter possibilidade de estudar pelo MMC. Ocorre desse jeito em sua cabeça, porque entendemos que ela construiu uma visão de mundo que só faria sentido alçar novos voos se também estivesse alimentada com os referenciais teóricos para sustentar os novos papéis políticos que viria desempenhar. Isso chama-se formação através da educação formal. Vejamos como ela se pronuncia a respeito disso:

Eu sempre tive muita vontade de estudar pelo movimento, porque eu conhecia as pessoas que estudavam, eu ouvia falar dos cursos, das escolas. E fui sempre planejando isso pro meu futuro assim, desde tempos assim do ensino fundamental, eu tinha certeza daquilo que eu queria. E em 2006 eu terminei o ensino médio numa escola da minha cidade, não era uma escola do campo, sempre estudei na escola da cidade, nunca na escola do campo. E, em 2006, eu me formei no ensino médio no final do ano. E em agosto surgiu a oportunidade de fazer o vestibular para licenciatura em Educação do Campo, e que era uma turma da Via campesina, era uma turma que foi uma parceria do MST e a Universidade de Brasília via ITERRA. E eu então fui indicada pelo movimento para fazer esse curso. Em 2007 eu comecei e em 2011 eu conclui o curso de graduação. E, antes mesmo de terminar o curso então eu fui me inserindo, ajudando, contribuindo na regional (Pereira. Entrevista, 2013).

Assim, Letícia, como outras jovens camponesas, que alimentava um sonho de estudar, conforme sobressai muito bem marcado em seu relato havia, de sua parte, o desejo de estudar naquele modelo de escola, que ocorre observado, que ela “foi sempre planejando” para si. Sendo assim teve a oportunidade de cursar licenciatura em Educação do Campo. Também,

despontaram outras possibilidades para ela, como jovem liderança que foi se qualificando cada vez mais na luta:

E também foi surgindo várias oportunidades de fazer cursos e atividades dentro do movimento, sempre se aprofundando sobre as bandeiras de lutas no movimento. E também ano passado assim que eu terminei a graduação, eu comecei uma Especialização na área de linguagens, que trata dessa coisa da arte, da literatura, da língua portuguesa, também um curso muito bom pela Universidade de Brasília. Também fui indicada pelo movimento pra fazer esse curso (Pereira. Entrevis-ta, 2013).

Letícia destaca o surgimento das oportunidades que caminhavam para aquilo que ela projetara para si. E cujas projeções remetem ao seu desejo, contido numa estrutura de sentimentos, que carregava a ideia de fazer cursos para se aprofundar nas questões próprias do movimento, como ela diz, “as bandeiras de lutas no movimento”. Percebemos que sua narrativa não destaca bandeiras de lutas “do movimento”, mas “no movimento”. Quando deparamos com seu discurso compreendemos que envolve os conteúdos projetados por aquela mulher que atua no movimento, como alguém que concebe e constrói o Movimento de Mulheres Camponesas e que se projeta dentro daquilo tudo, como um ser que não se diferencia de todo o conjunto de mulheres que lutam juntas. Isso significa que ao mesmo tempo em que constroem o movimento político, elas são também construídas subjetivamente nele e por ele. Não se sentem alguém de fora, mas organicamente integrantes. E isso dá sentido às suas vidas nessa caminhada.

Outra jovem que iniciou sua participação no movimento através de sua mãe é Iridiani Graciele Seibert, 27 anos, natural de Paraíso, extremo Oeste de Santa Catarina. Quando a entrevistamos em 2015, estava na direção nacional do MMC, assumindo a secretaria do escritório em Brasília. Assim, como Letícia, a Iridiani também iniciou sua militância nos encontros de jovens camponesas e teve a oportunidade de cursar Agroecologia na Venezuela, numa turma inicial, juntamente com 200 jovens de 14 países da América Latina, tendo que participar do árduo processo de construção deste curso e da própria universidade camponesa que não existia antes. Ela narra um pouco desta significativa experiência:

E em 2006, logo depois que eu voltei do convento, eu continuei militando no movimento e eu fui convidada a fazer o curso de Agroecologia no movimento, numa escola que na época era uma escola nova, um novo curso, que não tinha ainda muito assim ideia de como seria, nem se tinha ideia porque era uma coisa que estava em construção, mas que desafiei a fazer o curso de Agroecologia no Instituto Agroecológico Latino Americano Paulo Freire na Venezuela, né? Era a primeira turma do curso. A universidade não existia na época. Na verdade, era um processo que estava em construção, que foi construído a partir do encontro no Fórum Social Mundial em Porto Alegre em 2005 quando Chávez veio para o Brasil e assinou junto com o MST, junto com a Via Campesina, assinou um protocolo de intenções de criação desse Instituto Agroecológico numa parceria do governo bolivariano e a Via Campesina. [...] E começamos mesmo assim a construir a nossa identidade de uma universidade campesina. E foi muito bom para nós, começamos a produzir, a viver na terra, a fazer a nossa prática de agroecologia não só na sala de aula, mas a fazer a construção da nossa horta, a criação dos nossos animais que também era a perspectiva de que nós pudéssemos fazer na prática o estudo da agroecologia e também produzir o nosso alimento, que era a ideia de que se pudesse ser autônomo na soberania alimentar de como na universidade campesina (Seibert. Entrevista, 2015).

Desta forma, Iridiani ao iniciar sua narrativa relativa ao curso de agroecologia na Venezuela, antes pontua que saíra do convento, continuou militando no MMC. E foi se forjando nessas experiências desafiadoras, que aceitou o convite para cursar agroecologia na Venezuela. Chama atenção a sua percepção para o ineditismo do curso, dos passos iniciais, que era a primeira turma, com tudo muito incipiente. A instituição leva o nome do filósofo brasileiro Paulo Freire. Chama atenção ainda que a iniciativa do projeto de formação em agroecologia é uma iniciativa proporcionada pelo governo da Venezuela, junto com o MST e a Via Campesina, por ocasião do Fórum Social Mundial ocorrido em Porto Alegre, quando assinaram um protocolo de intenções com o fim de cumprir uma agenda para o futuro. Essa faceta denota uma organização e capacidade de articulação entre o MMC, Via campesina com outros governos.

Quando Iridiani concluiu seu curso na Venezuela e retornando para o Brasil, já colaborou nos preparativos que resultaram na realização do I Encontro Nacional do MMC, em 2013, em Brasília. Na sequência, ficou

na coordenação do escritório nacional. Por isso que ela analisa que, nesse processo de formação e ação, “eu fui me forjando na luta, fui me forjando dentro do movimento, fui me forjando nessa construção coletiva da luta social, da luta feminista, da luta pela agroecologia que é uma coisa que eu me identifico bastante”. Essa é uma passagem em seu relato que denota um marco de sua subjetividade, que consiste numa militância identificada com as lutas das mulheres, sob uma perspectiva feminista, construindo um modelo produtivo preocupado com a saúde das pessoas, através da agroecologia.

Catiane Cinelli que iniciou sua participação no movimento a partir de um convite de sua irmã que fazia parte da direção do MMC em Santa Catarina, também realizou seu sonho de estudo pelas oportunidades que sua militância lhe proporcionara tendo cursado graduação, mestrado e doutorado, alcançando a condição de tornar-se a primeira militante do MMC/SC a obter o título de Doutora em Educação. Na introdução de sua tese ela fala um pouco desta trajetória:

As estradas da vida me conduziram a refletir sobre o meu fazer no campo, oportunizando repensar a ação e através dessa, acerca do meu papel no mundo, a partir da militância no Movimento de Mulheres Campesinas (MMC), em Santa Catarina. Neste Movimento iniciei a caminhada na educação superior, através da Pedagogia da Terra – formação iniciada na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), vencendo os primeiros passos na pesquisa, que se deu no sujeito coletivo do qual estava inserida. Tomando consciência do ser pesquisadora, no Mestrado em Educação nas Ciências, realizado na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), desenvolvi a investigação numa experiência concreta do MMC/SC, sobre o trabalho com sementes crioulas de hortaliças e como o mesmo constitui identidades (Cinelli, 2016, p. 13)

Embora nessa passagem Catiane exponha aquilo que parece ser apenas uma trajetória pessoal, como por exemplo o percurso de estudos em várias instituições de ensino superior, na realidade sua primeira reflexão é muito maior, pois chama atenção para o que podemos caracterizar como uma preocupação – olhando assim de um modo mais geral – em tecer uma análise acerca de seu papel como sujeito no mundo, mas acima de tudo olhando o mundo através daquele mundo formulado no MMC.

Sendo assim as suas cogitações são muito mais profundas e complexas, na medida em que ela não olha ao seu redor a partir apenas de seus interesses subjetivos, mas acima de tudo está preocupada em fazer vingar uma utopia, que requer através de suas práticas contribuir para construir um mundo melhor, por meio de um trabalho, que requer desempenho pessoal na execução, mas que se orienta numa política planejada (pelas mulheres) que é executada metodologicamente, minunciosamente.

Este incentivo do MMC/SC em propiciar espaços de formação acadêmica para suas militantes, sobretudo as jovens, resulta que, muitas delas, assim como Iridiani se tornaram lideranças do movimento estadual e a nível nacional. Interpretamos que a postura do próprio movimento fazendo convênios e incentivando o estudo formal às suas militantes, constitui um meio de se municiar teórica e metodologicamente para entender o mundo através da capacitação das pessoas que apresentam interesse no estudo formal. O domínio de uma base teórica é essencial para entender as situações concretas que enfrentam. Catiane também faz parte desta trajetória, pois integra a direção estadual do MMC e ainda faz parte da direção nacional do movimento.

Por outro lado, também militantes pioneiras do movimento como Justina Cima – conforme comentado acima - cursaram graduação; Zenaide Collet fez graduação em História e mestrado em Educação e Sirlei Antoninha Kroth Gaspareto cursou graduação, dois mestrados e doutorado em Desenvolvimento Regional. Esses nomes apontados, em nosso entendimento, nos revelam a capacidade de sistematização das experiências vivenciadas pelas próprias campesinas que se tornaram militantes pesquisadoras ou pesquisadoras militantes. Nesse sentido, Sirlei afirma na introdução de sua tese:

Destacarei aqui alguns momentos de minha trajetória enquanto pesquisadora militante e militante pesquisadora junto à experiência das mulheres campesinas e do MMC, que têm me instigado, ao longo dos 30 anos de militância, a compreender melhor que perspectiva de construção do conhecimento está em curso nesta experiência. E isso não se faz com neutralidade científica. O texto todo expressará essa dupla sintonia entre a teoria/prática, entre a militância/academia (Gaspareto, 2017, p. 17).

Quando vamos estudando os vários casos (repetimos), aquilo que parece ser o esforço pessoal de algumas pessoas, compreendemos que o MMC/SC sempre investiu paulatina e metodologicamente, através de uma política de formação que vem desde a base para construir lideranças afinadas com um projeto de sociedade, formando uma consciência política crítica e transformadora, em vários níveis e modalidades na cabeça das pessoas. Neste sentido, Muraca (2015) destaca:

O movimento organiza cursos e encontros de formação em nível municipal, regional, inter-regional, estadual e nacional. Os que envolvem mais do que um município ou que são destinados às coordenadoras, são realizados habitualmente no Centro de Formação Maria Rosa, uma importante estrutura do movimento que deve seu nome a uma líder cabocla da Guerra do Contestado (p. 173)

A construção deste Centro de Formação na cidade de Chapecó, que tivemos a oportunidade de conhecer em 2013, no contexto das celebrações dos 30 anos do MMC de Santa Catarina, evidencia como a formação é prioritária, sendo exercitada metodologicamente no movimento. Foi construído em um terreno doado por concessão de uso pelo prefeito José Fritsch, do Partido dos Trabalhadores. Conseguiram apoio financeiro de entidades religiosas das igrejas católica e luterana bem como fizeram arrecadação entre as mulheres. Dessa mobilização realizaram a construção e estruturação do local que abrigava (na época) 110 pessoas, tendo dormitório, cozinha, biblioteca/arquivo do movimento, auditório para encontros, escritório do MMC/SC e da região Sul. Este espaço de formação também é utilizado pela Via Campesina, outros movimentos sociais e pelas pastorais sociais.

3 Encontro de jovens camponesas

Otra marca significativa do MMC/SC e que até se tornou “famosa” é o envolvimento de jovens camponesas no movimento como fruto deste processo de investimentos em programas de formação popular e específica para jovens bem como as lutas pela educação formal, inclusive com a implementação de cursos de educação no campo.

O Primeiro Encontro Estadual das Jovens do MMA/SC aconteceu no dia 31 de maio de 2003, tendo como tema “classe, gênero e movimentos autônomos”, assessorado por Sirlei Kroth Gaspareto e Zenaide Collet. Os objetivos do Encontro foram:

- Conhecer os anseios, sonhos das jovens agricultoras e socializar os objetivos do Movimento de Mulheres Agricultoras no sentido de nos fortalecer na luta de libertação da mulher;
- Promover a formação para jovens mulheres agricultoras visando a continuidade do MMA/SC e da luta da classe trabalhadora nos diferentes espaços onde atuamos;
- Oportunizar o intercâmbio, a amizade e o entrosamento entre as jovens das regionais e municípios;
- Estudar o processo de reprodução da educação e construção do ser mulher buscando perceber nossa identidade de jovens agricultoras e construindo nossa autenticidade como jovens agricultoras (MMA, 2003, p. 01)

Quando lançamos um olhar mais atento nas histórias de sucesso, temos claro que a linguagem utilizada cumpre papel essencial. Na construção da identidade do Movimento de Mulheres Camponesas o fenômeno da linguagem, correta, está presente. Sendo assim a construção da identidade, tanto do movimento, quanto das mulheres como individualidades, está impregnada dessa condição.

Desta forma, o movimento “tem um sonho” de construir uma sociedade melhor, com as mulheres libertas da opressão do machismo e do sexismo, de construir uma sociedade saudável através de uma alimentação sem agrotóxicos, dentre outras bandeiras de lutas mensuradas, quando acompanhamos os discursos de suas lideranças, das pessoas ditas comuns e documentos que tivemos acesso. Mas em relação a sonho, propriamente

dito, existe uma questão. Na realidade, quem sonha é a pessoa. Ou, quando projetamos numa dada comunidade o sonho, são as pessoas que sonham. Nessas circunstâncias, quando ajustamos a lente sobre práticas de formação política do Movimento, temos que dentre os objetivos daquele evento de 2003, apresentado por primeiro, vem a preocupação em capturar quais são os “anseios, sonhos das jovens agricultoras”.

Nesse sentido temos uma peculiaridade – e com isso insistimos na ideia – que vem do uso da linguagem, não somente como meio de comunicação, mas como um código a que se recorre, usando palavras-chave, para fazer chegar de forma eficiente, uma dada mensagem que se deseja transmitir de modo a criar raízes na cabeça das pessoas. É com base nesse entendimento que as líderes do movimento vão atrás de capturar os sonhos das adolescentes e jovens mulheres agricultoras. Aqui capturar o sonho implica na sábia inversão de uma lógica usada pelo capitalismo, que vende o sonho individual, hedonista de felicidade, para fazê-las consumir desordenadamente. É sob o modelo liberal capitalista moderno que as pessoas com posses demonstram o quanto são felizes através da manifestação privada do poder de consumo incomensurável fazendo uso do dinheiro. Esse sonho não contamina as mulheres integrantes do MMC, uma vez que o sonho de cada uma daquelas jovens é canalizado para servir à comunidade de pertença.

Nesse sentido, essa comunidade de mulheres, e já podemos falar em comunidade identitária, uma vez que alimentam a utopia de construir outro mundo possível, não chancela o hedonismo, e nem muito menos sofre de crise de identidade, nem de crise das ideologias, na medida em que exercem todo esforço para chegar ao mundo idealizado de mulheres não-submissas e de um consumo orgânico, sem agrotóxicos, construído com e por elas.

E tomando o MMC como referência, nos aventuramos a falar que nessa cepa nunca irá vingar o fascismo, posto que ele trabalha com a desesperança das pessoas e com sonhos desmoronados. E o que elas mais constroem e carregam em suas lutas é a esperança e vontade de viver sob um outro porvir, como um “sonho que se sonha junto”, como diz a canção de Raul Seixas, que é compartilhado entre todas as companheiras de jornada.

Voltando ao evento de 2003, ele foi tão proveitoso que, no ano seguinte, 2004, também no mês de maio, no Centro e Formação Maria Rosa, em Chapecó, já aconteceu o segundo encontro das jovens do MMA/MMC, tendo como tema “gênero e a influência dos meios de comunicação e organização do Setor das Jovens do MMA-MMC” (MMA/MMC, 2004), tendo os mesmos objetivos do primeiro. Neste evento houve uma organização do Setor Jovem do MMA que já estava no processo de transição para MMC. A partir daí, o Movimento passou a realizar encontros anuais. E por seu perfil de abordagem dos problemas que diz respeito ao mundo das mulheres, se tornou uma referência para o movimento em Santa Catarina, ao mesmo tempo em que se constitui como uma espécie de sementeira de novas lideranças para o MMC, sendo até noticiado por jornais locais. Iridiani Seibert, é fruto desta semeadura e narra um pouco de sua experiência:

Então, a minha mãe participava das reuniões nos municípios e eu também participava com a minha mãe, minha mãe me chamava, me levava. E a gente ia para as reuniões, ia para as oficinas, né? Eu lembro que faziam oficinas de preparar alimentos, como preparar alimentos com uma forma mais saudável, das oficinas das plantas medicinais, enfim. Logo em seguida teve todo um processo de Santa Catarina, que era um processo das jovens, que é um processo muito famoso, várias jovens que hoje estão no movimento de Santa Catarina começaram ali, que foi os encontros regionais, os encontros estaduais com 100, muitas jovens de vários lugares do Estado. E isso de certa forma provocou uma motivação, né? E a gente fazia os estudos se sentindo motivadas, porque você via muitas jovens igual a mim, da mesma situação, de várias partes dos municípios, dos interiores. E aí a gente foi compreendendo um pouco dessa coisa do que era ser camponesa, do que era a vida na roça, da questão do papel da mulher, da divisão sexual do trabalho como as mulheres, entendendo que não era igual ser menino e ser menina. Começava a refletir com 14, 15 anos na época. E aí foi todo esse processo de animação e eu conheci também a agroecologia por meio do movimento (Seibert. Entrevista, 2015).

A novidade deste processo consiste nas lideranças perceberem que era importante envolver as crianças, as adolescentes, as jovens camponesas desde cedo no caminho formativo do movimento para já ir construindo outra mentalidade, forjando uma nova mulher, que comprehende a necessidade de entender e projetar novas relações sociais entre mulheres e homens.

É dentro desse prisma que saíram criando oportunidades de estudo para essas jovens e, a partir dos princípios da agroecologia, despertar o desejo de permanência no campo, retomando e ressaltando as virtudes inerentes aos modos de vida camponeses em confronto com a modernização da agricultura, que está contida no sistema de integração de produção que resulta no chamado agronegócio, que é massivamente difundida diuturnamente nas mídias sociais como único modelo de produção rural válido. É sob essa outra orientação, que as mulheres reunidas no Movimento de Mulheres Camponesas vão confrontando essa ideologia amplamente divulgada no capitalismo, que projeta outros desejos nas pessoas e destrói as culturas locais, as iniciativas das mulheres e homens que não se enquadram no seu chamado modelo. Justina Cima analisa um pouco e nos dá pistas a respeito deste processo de conquista das crianças, adolescentes e jovens para integrarem os espaços de atuação política das mães e avós do MMC:

No movimento de mulheres camponesas também foi essa questão da valorização das crianças, de ter o seu espaço de participação, de participar e gostar. Hoje eu vi o depoimento da Têre que disse que o Dudu vestiu a camisa do movimento de mulheres e não se cabia de felicidade; a Amanda, a neta da Salete, vestiu a camisa do movimento de mulheres e não se cabia de felicidade. Então, proporcionar esse espaço que as crianças também participem [...], porque isso também constrói. Outra é essa questão da formação continuada. Então, nós tivemos por exemplo aqui em nosso estado, um programa de formação só pra jovens, diferenciado, e aquele era o espaço das jovens. O outro processo importante pra nós foi essa questão da educação do campo e no campo. E as escolas que foram sendo construídas e jovens que não tinham tido acesso à educação foram pra essas escolas e ali se constituíram também como liderança e tudo mais. Mas elas se constituíram porque na internância são cursos de alternância: parte do tempo elas atuavam no movimento, um certo compromisso, inclusive porque elas tinham trabalho, mas elas tinham compromisso e essa relação da escola, escola movimento e tal [...] Então, da importância dessas escolas. E a outra questão é proporcionar a participação dessas jovens na luta, nas mobilizações e tudo mais (Cima. Entrevista, 2013).

Então, esse envolvimento das crianças, adolescentes e jovens no movimento tendo espaços específicos para se iniciarem no movimento, criou as condições propícias para a participação e compromisso com a luta ao mesmo tempo em que propiciou a realização de sonhos de estudos,

como já abordamos. Também, muitas destas jovens se constituíram como lideranças no Estado e a nível nacional num interessante processo de trocas geracionais que não deixa de ter os seus conflitos, mas serve de modelo e inspiração para conquistar mais pessoas à participação, embora por vezes apareçam os conflitos como continua analisando Justina:

Também precisa ter uma solidariedade assim, uma construção e isso nós tentamos trabalhar. É claro que não é tranquilo, há conflitos e tal, mas essa questão de perceber a importância de ir construindo as jovens, também das jovens verem a importância da experiência das mais velhas. Então, eu acho que o grande desafio é conciliar, nem oito nem oitenta, essa questão dessa valorização e dessa construção. Então, eu acho que esse é o desafio, inclusive, como valorizar. E, como às vezes nós que temos mais caminhada, mais trajetória não se choca as jovens que vem com menos, né? E as jovens também não chegar achando que..., enfim, eu acho um desafio bastante grande, mas eu acho que o resultado nosso aqui é um pouco nesse sentido. E nós temos preocupação nesse momento, porque com o avanço do capitalismo e tudo mais, aí tira cada vez mais os jovens da roça e também tira as jovens do gosto de se encontrar, se mobilizar e tudo mais. Então, não é tão simples assim fazer um programa de formação continuada, porque vem a questão às vezes do trabalho. Hoje, o trabalho na roça ele é na grande maioria integrado. Então, as vacas de leite você precisa todo dia tirar leite; ou são as aves, tem que cuidar todo dia. Ou então as jovens começam a trabalhar, fazendo outros trabalhos na cidade, ou na indústria, ou no comércio e tudo mais. E isso então tira as jovens de possibilidades dessa questão como você avançar, ter possibilidades de fazer essa formação. Então, eu acho que é um desafio bastante grande (Cima. Entrevista, 2013).

Justina salienta duas questões importantes que competem com o MMC. Por um lado, o conflito geracional, que dependendo das circunstâncias, pode de fato atrofiar ou sabotar todo um trabalho em andamento. O conflito de gerações, independentemente de sua origem, pode ser prejudicial ao movimento. E perceber os mecanismos de evitá-lo é a chave do sucesso, e quanto a isso ela parece bem vacinada para não cair no canto da sereia que a experiência responde por tudo, manda em tudo, e propõe acolhimento às demandas da juventude em consórcio com as experiências das mais antigas. Ao mesmo tempo em que percebe que a juventude apesar de suas virtudes, também não pode chegar como a “voz autorizada” contra

quem está estabelecida. O caminho do meio, a prudência a soma da experiência com a juventude é o melhor remédio, como dizem as mais velhas.

A outra questão que compete com o MMC na ampliação da participação das mais jovens é a sedução que os trabalhos ditos menos árduos exercem sobre a juventude. Embora o trabalho na sombra, na cidade, no comércio possa parecer mais confortável, existe todo um exercício para convencer as mulheres jovens que o trabalho no campo é importante para manter e ampliar a participação num movimento feito por mulheres.

Este rico processo de participação das jovens camponesas no MMC/SC foi bem analisado por Marilda Menezes e pela militante Sirlei Gaspareto – que tanto contribui neste processo formativo – da seguinte maneira:

As jovens que participam do MMC incorporam as propostas do Movimento como o projeto de agricultura camponesa, bem como reelaboram suas concepções em relação à família e ao papel “atribuído” à mulher camponesa. As jovens passaram a questionar o universo privado atribuído à mulher como sendo “natural”, buscam outras profissões, mas valorizam a vida no campo. A participação das jovens no MMC pode ser vista como espaço de construção política de projetos de vida que buscam superar a relação de sua discriminação como jovens, mulheres e camponesas. [...] As propostas do MMC/SC relativas à construção de um projeto de agricultura camponesa e acesso à educação formal vêm ao encontro das perspectivas e dos projetos das jovens camponesas na medida em que elas passam a ser envolvidas e beneficiadas por eles (Gaspareto; Menezes, 2013, p. 325)

O texto de Gaspareto e Menezes é claro quanto ao trabalho realizado com as jovens camponesas. Elas além de incorporarem os conteúdos transmitidos pelas lideranças do MMC, também se posicionam e reposicionam suas ideias quanto aos papéis naturalizados de gênero, de ser mulher na sociedade atual, quanto às atividades relativas ao mundo rural e quanto à importância das práticas de agroecologia. Isso tudo acontece conforme é elaborado pelas mais antigas, tomando sempre como meta transmitir de forma clara para as novas gerações do movimento, os conteúdos tomados como essenciais para enfrentar os problemas que perturbam o mundo rural, sempre sob a ótica das mulheres camponesas.

4 MMC/SC: “30 anos de história e conquista, reafirmando a luta camponesa e feminista”

As comemorações dos 30 anos de história, organização e lutas do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina foram precedidas por um ano de preparação através do “Mutirão de organização e Trabalho de Base”. Para isso, como de costume, foram elaboradas duas cartilhas “Movimento de Mulheres Camponesas: 30 anos de história e conquista, reafirmando a luta camponesa e feminista – Mutirão de Organização e Trabalho de Base” (Cinelli *et al.*, 2012) com quatro encontros, num processo participativo que envolveu amplos setores do movimento organizados pelas mulheres. Estas comemorações, como analisam Gaspareto e Collet, constam dos aspectos destacados na seguinte passagem

se transformaram em um grande mutirão de organização, que trouxe dinamicidade e vigor para o processo organizativo, formativo e para o seguimento das lutas por direitos das camponesas e de suas famílias. Como é prática no movimento, todo trabalho organizativo foi construído coletivamente envolvendo as lideranças regionais, locais e as mulheres dos grupos de base. A partir da avaliação e planejamento do MMC, foram elaboradas estratégias metodológicas de trabalho que culminaram com a realização de uma gincana pedagógica, a qual possibilitou maior motivação para a vida do movimento em suas diferentes instâncias. A proposta da gincana foi elaborada pelas dirigentes do movimento. Após ser apresentada às regionais, todas decidiram e assumiram participar, iniciando, assim, uma reanimação junto às bases do MMC. No mês de abril de 2012 as regionais escolheram duas coordenadoras que receberam as tarefas com os prazos de entrega de cada atividade que fora executada no decorrer deste ano até a realização da concentração ocorrida em maio de 2013 (2013, p. 21).

Notemos nessa passagem, que todo o percurso, de mobilização e realização dos eventos de formação e dos encontros anuais, consta sempre um forte aparato teórico e metodológico, que orienta as práticas, de modo que há sempre objetivo a ser atingido através de cada passo dado e a cada atividade realizada. Não existe espaço para atitudes voluntárias, por par-

te das pessoas da direção ou de alguma personalidade que queira impingir sua marca pessoal. A orientação das pessoas converge sempre para a submissão ao coletivo através de conceitos-chaves que se repetem, tais como: avaliação; planejamento; elaborar; estratégias; pedagógica. Essas palavras não são soltas ao vento, como quem não sabe o que quer, ou como quem as usa apenas como apelo retórico. Pelo contrário, elas fazem parte de um vocabulário que integra uma estrutura de sentimentos daquelas mulheres em e na relação com o movimento. Podemos mesmo falar que ocorre ali uma cultura organizativa muito consistente, que dar liga ao trabalho realizado e ao projeto de vida de cada uma de suas integrantes.

Neste grande mutirão foram propostas e assumidas as seguintes atividades: Encontro regional de formação para a realização do mutirão; Participação no Encontro Nacional do MMC; Mostra de produção na concentração dos 30 anos do MMC/SC; Produção de sementes crioulas para a banca do MMC; Mobilização do dia 8 de março de 2013; Jovens do MMC que escreveram sobre suas vivências; Bandeira do MMC; Relato de fatos da participação das mulheres nas lutas do MMC; Campanha do Real (doação pessoal e de instituições); Grupo de Base (estudo da cartilha); Horto Medicinal; Herbário de plantas nativas frutíferas ou plantas medicinais (Gaspareto; Collet, 2013, p. 22-30). Por essas temáticas temos a noção do quanto o MMC se mobiliza em torno de várias pautas que marcam as suas dinâmicas cotidianas. Elas envolvem desde a chamada organização do movimento propriamente dito, como formação política, passando por práticas da agricultura voltadas para as sementes crioulas, mobilização em torno da data internacional das mulheres, o 8 de março, assim como a conquista das jovens para atuar no movimento. Além, é claro de outros aspectos que são reacendidos dando liga ao trabalho contínuo que realizam.

Estas atividades foram socializadas durante a grande concentração comemorativa dos 30 anos de história do MMC/SC, em Xanxerê, durante os dias 30 de abril e 1º de maio de 2013 que contou com a participação de mais de três mil mulheres que, se constituiu em um evento emocionante que tivemos o privilégio de participar. Nesta ocasião foi realizada a memória dos principais acontecimentos do movimento desde a sua trajetória inicial como MMA, destacando as principais conquistas como o reconhe-

cimento da profissão de trabalhadora rural, documentação pessoal, bloco de notas, aposentadoria aos 55 anos, salário maternidade, dentre outras.



Foto: Teresa Cruz - Comemoração dos 30 anos do MMC de SC, Xanxerê, 2013.

Como parte da memória desta riquíssima trajetória construída politicamente pelas mulheres do MMC, a partir dessa altura vamos destacar (não que não o tenhamos feito desde os marcos iniciais dessa discussão) uma parte dos depoimentos de algumas camponesas que tivemos a oportunidade de entrevistar antes, durante e depois daquela concentração dos 30 anos. Iniciemos pela fala de Adélia Schimitz, por onde destaca sua transformação de vida no interior do Movimento de Mulheres Camponesas:

E hoje aqui comemorando os 30 anos eu estou super feliz, porque eu tive muita oportunidade de formação no movimento das mulheres camponesas. Eu tive muitos momentos riquíssimos dentro desta organização. Por isso eu digo, o movimento das mulheres camponesas: é um espaço de formação; é um espaço de transformação; é a mulher aprender a interpretar, a ler as coisas que estão acontecendo ao seu redor. E eu com essa formação que eu tive no movimento das mulheres camponesas eu transformei a minha família, eu transformei o meu companheiro. Eu sentava com ele e dizia pra ele: "você não é o culpado, que você acha que eu possa dar o passo que você quer, que você permite nós podemos construir uma relação diferente". E eu fui assim conquistando a minha liberdade (Schimitz. Entrevista, 2013)

A participação nesta caminhada, significa como avalia Adélia Schimitz um processo de formação e transformação pessoal que leva à transformação da família, das relações de gênero, significa uma conquista cons-

tante da liberdade. É através da experiência de aprendizado nos 30 anos de militância no movimento que ela se sentiu pessoa ativa, consciente de si e da realidade. Essa mudança decorre de um sistemático processo de formação político intelectual a que as mulheres são submetidas. É com base nos instrumentos teóricos proporcionados nessas circunstâncias que tem condições de ler o mundo. Logo, a partir da compreensão do que ocorre em dadas circunstâncias ela se põe a agir. Seu discurso aponta para a importância do trabalho realizado no interior do MMC, uma vez que o define como “espaço de formação [...] um espaço de transformação”, que proporciona à “mulher aprender a interpretar, a ler as coisas que estão acontecendo ao seu redor” e assim enfrentam a realidade tangível, apontando soluções para situações concretas que atinam ao mundo delas. É nessas condições que vai interpretar o que ocorre no âmbito doméstico, nas relações de seu núcleo familiar, por onde enfrenta o que podemos interpretar como machismo, naquilo que muitos homens acham que podem determinar o que e quando sua companheira pode fazer algo.

Neste sentido, também Justina Cima mobilizada pela mesma estrutura de sentimentos que Adélia Schimitz, destaca além da conquista dos direitos, da dignidade, a libertação de mulheres e homens:

Para mim é algo fantástico, é algo maravilhoso porque ele construiu muita dignidade e com muita gente. Porque os trinta anos do movimento de mulheres campesinas ele traz vitórias palpáveis, que se enxergam: com aposentadoria, salário maternidade, os outros benefícios previdenciários, o avanço na política de saúde, o avanço de toda prática do projeto de agricultura. Mas, para mim, os trintas anos tem a ver com a libertação de muitas mulheres e homens, e traz uma profunda alegria! Então, para mim, os trinta anos é algo assim que as palavras não conseguem dizer... Muito importante, muito! É um prêmio, por exemplo, chegar aos trinta anos do movimento dentro de um período aonde não é tão simples manter a organização. Então pra mim mostra, prova que é uma continuidade da resistência e da busca do autosustento, pra continuidade (Cima. Entrevista, 2013).

Quando perguntada a respeito do papel do MMC em sua vida, Justina Cima se pronunciou expressando sua opinião nomeando claramente como “algo fantástico [...], maravilhoso [... que] construiu muita dignidade e com muita gente”. Deixa transparente nessa passagem um papel de

articulação e construção da dignidade da/e com as pessoas. Sua narrativa aponta para o trabalho que ali realizado como decorrente de um projeto que é construído para e com a participação das companheiras que passam pelas mesmas circunstâncias de vida. Nomeia as conquistas resultado de uma pauta de lutas em favor das mulheres campesinas, que vem de longa data. Isso é significativo mencionar, pois não estamos falando de conquistas imediatas, mas acima de tudo de uma história de lutas que elas vêm travando e que na passagem dos trinta anos enxergam que cumpriram o papel e atingiram as metas a que se propuseram lutar.

Sendo assim, estes trinta anos de resistência e luta também foram reconhecidos nacionalmente, pois o MMC/SC foi contemplado com o “Prêmio mulheres rurais que produzem um Brasil sustentável” que foi entregue pelas mãos da presidente Dilma Rousseff, em Brasília, como já pontuado.

E Rosalina Nogueira da Silva, que é uma “doutora do horto” e tem participação ativa nesse processo destaca emocionada o significado deste Prêmio considerando sua história na interação no MMC:

Olha, foi uma marca desses trinta anos assim que deixou a gente muito emocionada até porque quando você se depara assim com as críticas e com a questão de fazer as coisas às escondidas, que eu, foi muito assim com essa questão de não poder tá contando, mostrando o quê que eu fazia com as plantas, o quê que eu usava de chá... [...] Eu tinha que tá meio sabendo com quem eu vou conversar, sabendo o quê que eu ia dizer pras pessoas, as vezes, do meu trabalho. E, de repente, hoje saber que a gente emocionada foi reconhecido nacionalmente no Brasil todo, esse reconhecimento porque eu trabalho com as plantas, porque as plantas são vida, são alimento, são remédios. Então, esse Prêmio assim mostrou pra nós, não assim em valor de dinheiro e de coisa, porque nós recebemos a placa, a honra, as coisas, mas esse valor dessa honra de nós estar praticando mostrou que isso que nós fazemos é certo, que nós estamos no caminho certo. Então, deixou a gente assim com essa firmeza, sabe? Se eu sempre tive essa segurança de trabalhar com os remédios, com as plantas hoje eu tô firme de que isso dá certo e é importante por aí, por esse reconhecimento (Silva. Entrevista, 2013)

O recebimento deste importante Prêmio significa sobretudo, como analisa Rosalina, que estas mulheres estão no caminho certo, produzindo alimentos saudáveis nos quintais de diversidade, valorizando as práticas fi-

toterápicas de cura, desenvolvendo um projeto de agricultura camponesa agroecológica, tecendo novas relações entre os seres humanos e destes com a natureza.

Naquela ocasião Rosalina nos falava com orgulho de um prêmio conquistado pelo MMC. Mas também nos aponta uma dimensão subjetiva muito importante, que diz respeito ao seu temor quanto aos julgamentos a que era submetida em decorrência de suas habilidades de cura e alimentação com as plantas. Uma vez que a sociedade tendo identificado quem trabalha com ervas, a pessoa tanto pode ser tomada como benévola ou malévola. No caso de ser tomada pejorativamente pode ser tratada sob a categoria de bruxa, feiticeira, macumbeira, que tem pacto com o diabo, como muitas vezes são designadas as mulheres que salvam vidas, alimentam, medicam a quem necessita – nem necessita que expliquemos de onde vem essas visões sobre as mulheres que carregam consigo essas habilidades.

Embora não argumente nestes termos, mas é temendo esses tipos de julgamento que ela fala, quase como quem espreita ao redor, para se certificar que ninguém, além da pesquisadora esteja ouvindo, para relatar que se sente “emocionada”, pelo prêmio recebido. Que por receber “críticas” por esse trabalho, ela fazia “as coisas às escondidas [...], de não poder tá mostrando o quê que eu fazia com as plantas, o quê que eu usava de chá...”. Naquelas ocasiões ela se preocupava em sondar para saber com quem estava “conversando”, para efetivamente avaliar se poderia contar a respeito do trabalho que realizava com as plantas medicinais, como fazer um remédio, como se alimentar com elas, para sarar uma enfermidade, uma doença, para obter boa qualidade de vida através daquelas plantas/ervas. Rosalina toma em sua experiência de vida as plantas como remédio, como alimento, como saúde.

Isso não é pouco num país como o Brasil, onde o acesso ao médico e aos remédios é dispensado a parcela reduzida de sua população – independente dos esforços dos governos de esquerda para ampliar os serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). E essa realidade é ainda mais gritante quando olhamos para as populações das zonas rurais, que é a realidade onde ela atua. Seu sentimento de vitória é incomensurável e como ela mesmo expressa: emocionante.

Portanto, é uma história que, nas suas várias fases emociona e que a luta continua sempre como reflete a Carminha de Faxinal dos Rosas, Chapecó, depois de quase trinta anos nesta caminhada:

Olha, eu acho assim que eu fiquei muito emocionada, muito feliz da gente chegar nesses trinta anos assim, porque o Movimento de Mulheres ele teve várias fases. Teve uma fase assim que foi o movimento de luta, pra conseguir por exemplo, a conquista previdenciária. Então, que a gente conseguiu ter, dizer que nós temos nossa profissão hoje, e que dentro dessa profissão – que nós antes não tinha, era como dona de casa – hoje, nós somos trabalhadoras rurais. Então, pra nós chegar nessa conquista, e parecia assim que depois que nós conseguia conquistar isso, o Movimento num precisava mais existir, porque nós tinha chegado na primeira luta que nós tinha abraçado. Então, nós conseguindo isso tá bom, nós já somos agora reconhecida profissionalmente tá bom. Mas, quando nós vimo que a nossa luta era bem maior do que essa, apenas uma conquista da previdência, a gente foi vendo que a nossa luta é permanente, ela é do dia-a-dia, ela é uma luta dentro da classe trabalhadora pra libertação da mulher de qualquer tipo de exploração. Então, quando a gente ver que é qualquer tipo mesmo, e é de todas as mulheres, num é só das mulheres agricultoras, das mulheres camponesas, e sim de todas as mulheres que dentro desse jeito que nós vivemos, que o patriarcado é que domina a gente continua tendo muita tipo de exploração dentro da sociedade. Enquanto tiver exploração nós temo que ter a nossa organização, pra dar conta de reverter esse quadro e de organizar as mulheres pra viver numa sociedade de igual pra igual, que não tenha mais exploração. Então, quando a gente passa trinta anos assim a gente nota que nós tamo se reforçando a nossa organização, e ela vai permanecer por muito mais tempo. Esperamos que as nossas netas que tão aí junto com nós de bebezinha ai no berço, na cozinha pra lá e pra cá, que um dia elas possam ter uma sociedade diferente pra viver, que num tenha tanta exploração, violência contra mulher como nós temo hoje. Sabe, esse é o nosso sonho (Munarini. Entrevista, 2013)

A Carminha de Faxinal dos Rosas, ainda que esteja falando, nas primeiras palavras (dessa citação), das várias fases do MMC, de conquistas, como a previdência social, na realidade, ela reclama uma outra questão, ainda que não mencione nestes termos, mas que é essencial, posto que é anterior a tudo o mais que esse movimento revolucionário arduamente realiza nas suas vidas, pois diz respeito a identidade para e das mulheres camponesas. Expressa a satisfação pela conquista da construção de uma

identidade, pelo direito de serem reconhecidas pelo estado e reconhecidas socialmente como mulheres trabalhadoras rurais. Porque até então elas eram somente identificadas por mulheres, mulheres donas de casa. Ao passo que a conquista do reconhecimento de serem tratadas e identificadas como mulheres trabalhadoras rurais remete a outra questão muito importante, que é a condição da pessoa que é identificada por uma profissão. Ao passo que até então não constava que tivessem profissão ou uma identidade decorrente do labor que realizam, porque o trabalho delas era invisibilizado, não reconhecido, não contabilizado, não respeitado.

Esse aspecto movimenta na cabeça das pessoas não só um sentido de pertencimento, aquelas que têm uma profissão, movimentando a auto-estima de cada uma das integrantes do MMC. O que aparentemente não tem o menor significado para quem é do meio urbano, naquela cultura é essencial e move a vida das pessoas. É pauta de luta de um movimento organizado e consta no rol de conquistas a ser comemorado na passagem dos trinta anos. Mas é comemorado exatamente por expressar uma conquista daquelas mulheres que se reúnem e lutam.

Mas ela vai além, e podemos resumir seu pensamento na ideia que as conquistas daqueles momentos anteriores não foram suficientes para acomodá-las. Pois se perceberam atuando numa sociedade que é muito violenta, machista, patriarcal, racista, que exige prontidão e permanência na luta, para que as futuras gerações de mulheres possam viver felizes em segurança.

Essa importante reflexão de Carminha acerca das fases do movimento aponta a necessidade constante de renovação do movimento, pois vislumbra a libertação das mulheres que, no cotidiano temos que combater e lutar no seio de uma sociedade capitalista, patriarcal, racista, LGBTfóbica para que as gerações futuras possam herdar uma sociedade mais humana, igualitária e sem violência. Por isso, o lema do MMC: “Fortalecer a luta em defesa da vida”. Quando? “Todos os dias”. Assim, as mulheres camponesas continuam firmes na luta, reafirmando a luta camponesa, feminista, popular, agroecológica e socialista, apontando que “outro mundo é possível”.

Considerações finais

Ao longo deste texto discutimos o processo de constituição do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina que, a partir de 2004, como parte de um debate nacional e pelo modo peculiar como criou suas pautas e formou suas lideranças, transformou-se no Movimento de Mulheres Camponeras, reconhecido nacionalmente. Assim ocorreu pela sua luta e formulação por um novo modelo de agricultura camponesa, inspirada na agroecologia e feminista, que faz do enfrentamento e combate à violência contra a mulher – a mulher é eleita como centralidade no mundo rural – uma militância incansável diurna, em cada espaço de atuação, a cada evento realizado, a cada instante em que as mulheres se reúnem para discutir as questões postas na realidade, desde as mais “simples”, às mais complexas. Consoante com o princípio da mulher liderando o processo de libertação da mulher, atua na luta pela conquista e reafirmação dos direitos previdenciários, de saúde da mulher e da família, como direitos elementares, com os quais não se pode negligenciar, postergar ou delegar a outrem o exercício da busca, para elas. Elas mesmas são agentes da busca e conquista.

Assim também, com esse mesmo espírito, ocorre a defesa da educação pública de qualidade para os filhos, mas também para as companheiras que pelos percalços da vida não passaram pela escolarização. Vendo assim comprehende-se que ocorre uma dinâmica em que as mulheres negligenciadas pela sociedade no processo educacional formal, que atuam no movimento, sob as circunstâncias da luta que travam, são também objeto da ação da assistência da educação, dentro do princípio de um direito elemental do ser humano, compreendendo a educação formal, como um processo de libertação política que inclui a leitura como instrumento que dar dignidade e cidadania e possibilita como o acesso ao mundo - a leitura do mundo. É um movimento de mulheres que luta na defesa da vida em todos os sentidos.

Uma diferença marcante, que constitui uma peculiaridade característica do movimento de mulheres de Santa Catarina é a atenção precípua voltada para o desenvolvimento meticoloso de formação política, que vai envolvendo as jovens camponeras, desde a mais tenra idade projetando

para no futuro atuar no movimento. Esse aspecto da política levada à cabo pelo MMC constrói um terreno fértil que tem feito brotar novas lideranças a níveis local, regional, estadual e nacional.

Através da pesquisa que resulta neste livro, procuramos mostrar como a história de organização e luta das mulheres camponesas de Santa Catarina de certa forma está embricada com a trajetória nacional do MMC, influenciando a organização do movimento de mulheres em outros Estados. O motivo da influência reside naquilo que pode ser compreendido como as suas boas práticas de trabalho de base, que podemos mesmo chamar de um método que consiste numa rotina disciplinada de formação política, que combina educação popular, projetos de recuperação e preservação das sementes crioulas, revalorização da cultura camponesa, busca por reconhecimento de direitos sociais, práticas de sociabilidades que mobilizam constantemente as mulheres, para quebrar a monotonia, dentre outros aspectos relacionados às suas práticas cotidianas.

Em maio de 2023, o MMC em Santa Catarina celebrou 40 anos de existência e luta, ou melhor, foi um voltar no tempo através da programação que mostrou como a organização das camponesas de forma oficial iniciou no Estado. O evento relativo aos 40 anos do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil ganhou forma sob o expressivo e impactante lema que diz “Existimos porque lutamos”. A marca deste movimento sempre foi a luta em defesa da vida em todas as suas dimensões, como já comentadas acima, mas o tema título ratifica uma marca que significa o entendimento das mulheres para a existência do movimento político que constroem, que está situado no mesmo lastro como encaram a vida, como se diz no popular, quando as pessoas comuns se encontram, ou quando uma companheira encontra com a outra e pergunta: “Como vai a vida?” A resposta vem de forma instantânea e sem pestanejar: “Lutando”. A existência é de luta e a vida é encarada com luta, viver é lutar e lutar contra todos os inimigos, sejam de classe, de preconceito, de visão de mundo. A existência é de luta, a vida é de luta, o movimento das mulheres é de luta.



Foto: Teresa Cruz – Comemoração dos 40 anos do MMC do Brasil, Chapecó, 2023.

Portanto, o MMC segue em luta, como está marcada na Jornada Nacional do 08 de março, repetido a cada ano, entendido como um dia de lutas e resistências das mulheres trabalhadoras, cujo lema de 2024 foi “Mulheres Trabalhadoras enfrentando a violência e a fome na luta por políticas públicas”; em 2025, teve como lema “Pela vida das mulheres, em defesa da agroecologia e da democracia, contra o fascismo, patriarcado e racismo”, marcando a luta incessante que levam a cabo no cotidiano. Desta forma, reafirmam um slogan criado pelo Coletivo de Comunicação do MMC: “E as camponesas não param”! E não tem como parar, porque a cada dia os inimigos da agricultura camponesa, agroecológica, apresentam novas estratégias com a intenção de transformar tudo em agro, tec, pop e eliminar a pequena agricultura liderada pelas mulheres do cenário político do território nacional. Portanto, o MMC segue em luta, e isso é digno de registro! Mas acima de tudo requer que se hipoteque apoio incondicional por todas e todos democratas do campo progressista, que sonham por um mundo melhor.

Referências

ANMTR. *1º Encontro Nacional: Mulher trabalhadora rural amante da liberdade, é preciso ter força, garra... sempre.* Passo Fundo, RS: ANMTR, 1997.

CARNEIRO, Maria José. *Camponeses, agricultores e pluriatividade.* Rio de Janeiro: Contracapa Liv., 1998

CASAGRANDE, Jacir L. *Movimentos sociais do campo: mulheres agricultoras em Santa Catarina.* 1991. 87 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

CINELLI, Catiane. *O educativo na experiência do movimento de mulheres camponesas: resistência, enfrentamento e libertação.* 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

CINELLI, Catiane. *Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas.* 2012. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2012.

CINELLI, Catiane; SANTOS, Geneci; CIMA, Justina; GASpareto, Sirlei; COLLET, Zenaide. *Movimento de Mulheres Camponesas: 30 anos de história e conquistas, reafirmando a luta camponesa e feminista – Mutirão de organização e trabalho de base.* Chapecó, maio de 2012.

COLLET, Zenaide. *Filhas da terra, produzindo sementes crioulas de hortaliças, alimentando sonhos de libertação”.* Quilombo/SC, s/d.

DABOIT, Pedro C. *Do sócio-religioso ao sócio-político: a nova relação entre o Movimento de Mulheres Agricultoras e a Igreja Católica no Oeste Catarinense.* 1996. 104f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Curso de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

GASpareto, Sirlei A. K. *A construção de saberes no Movimento de Mulheres Camponesas: uma análise a partir do programa de sementes crioulas no Oeste de Santa Catarina – Brasil.* 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-graduação em

Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Rio Grande do Sul 2017.

GASPARETO, Sirlei A. K. *As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): trabalho, família e projetos de vida.* 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2009.

GASPARETO, Sirlei A. K; MENEZES, Marilda A. As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Servolo (Orgs.). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos.* Niterói: Alternativa, 2013, p. 303-328.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.* 2.ed. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 1990. 90p.

JALIL, Laetícia Medeiros. *Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro.* 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRRJ (Univ. Fed. Rural do RJ). Rio de Janeiro, 2009.

KROTH, Sirlei A. *Atalhos da luta: trajetórias e experiências das mulheres agricultoras de Santa Catarina (1983-1993).* 1999. 166f. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

MARANHO, Lúcia Fátima. *Desafios da luta do MMA/SC na construção do MMC Brasil.* s/d.

MMA. *Documento do III Congresso Estadual do MMA/SC.* Chapecó-SC, 29 e 30 de novembro de 2003.

MMA. *Nossa história, nossas lutas.* Chapecó/SC, 2000.

MMA. *Programação Concentração Estadual – “Da luta não fujo, na luta continuaremos”.* Chapecó, 1994.

MMA/SC. *Relatório do 2º Encontro Estadual das Jovens do MMC/SC.* Chapecó, 15-17 de maio de 2004.

MMA/SC. *Relatório do 1º Encontro Estadual das Jovens do MMA/SC.* Maio, 2003.

MMC. *Relatório do Seminário MMC/SC, 25 anos de organização, lutas e conquistas!* Dignidade e Produção. Chapecó, 2008.

MMC/SC. *Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina: Uma história de organização, lutas e conquistas.* Chapecó, novembro de 2008.

PAULILO, Maria Ignez S.; SILVA, Cristiani Bereta da. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. *Revista de Estudos Feministas*, v. 15, n. 2, p. 399-417, 2007.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho – algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista Projeto História*, São Paulo: PUC, n. 15, abr. 1997, p.13-49.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em:
http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 6 ago 2023.

TECCHIO, Andréia. *O uso de sementes crioulas de hortaliças pelas Camponesas do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina.* Francisco Beltrão/PR, 2005.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.* V. I. 3^a ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9. (Oficinas da História).

Fontes orais

CIMA, Justina Inês. Entrevista concedida a Teresa Almeida Cruz e Mariateresa Muraca. Quilombo, SC, 2 de maio de 2013.

CINELLI, Catiane. Entrevista concedida a Mariateresa Muraca. Santa Catarina, 2013.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. Entrevista concedida a Teresa Almeida Cruz. Luziânia/GO, 22 de novembro de 2015.

MUNARINI, Carmem Kilian. Entrevista concedida a Teresa Almeida Cruz. Faxinal dos Rosas, Chapecó/SC, 4 de maio de 2013.

PEREIRA, Letícia. Entrevista concedida a Teresa Almeida Cruz. Chapecó, 2 de maio de 2013.

SCHIMITZ, Adélia Maria. Entrevista concedida a Teresa Almeida Cruz. Xanxerê/SC, 1º de maio de 2013.

SEIBERT, Iridiani Graciele. Entrevista concedida a Teresa Almeida Cruz. Luziânia, GO, 22 de novembro de 2015.

SILVA, Rosalina Nogueira da. Entrevista concedida a Teresa Almeida Cruz. Xanxerê, SC, 30 de abril de 2013

Posfácio

Roselane Nckel (Reitora da UFSC - 2012/2016)

“Existimos porque lutamos” (lema da comemoração dos 40 anos do Movimento de Mulheres Camponesas).

Esse livro mostra, valoriza às vidas e as lutas das mulheres agricultoras e trabalhadoras rurais, em Santa Catarina, demonstrando que muitas mulheres foram se reconhecendo como sujeitos de suas próprias vidas e da História nas lutas que travaram. As experiências vivenciadas pelas agricultoras, sua militância política, como essa militância modificou seu cotidiano e como suas vitórias foram abrindo brechas na hierarquia social em que as mulheres se encontravam submissas. No decorrer da leitura do livro é possível observar que a participação no movimento foi “desnaturalizando as relações patriarcas que impedem a circulação, ou que limitam a interação ao espaço da casa, dos cuidados do lar e vão lutando pela equidade de gênero, pelos direitos sociais e pela transformação da sociedade” (p. 7).

A formação política visava construir lideranças afinadas com um projeto de sociedade, com consciência política crítica e transformadora. Assim, ao mesmo tempo, em que se destaca a importância das experiências individuais, o fio principal que une todas as histórias de vida é a construção coletiva do Movimento de Mulheres Agricultoras e Camponesas. Nessa construção não foram esquecidas as experiências vivenciadas pelas camponesas e como algumas se tornaram militantes pesquisadoras, pesquisadoras militantes.

Essas mulheres reuniram-se, identificaram-se, lutaram por direitos e nesse processo constituíram coletivamente sua consciência política. O Movimento de Mulheres Agricultoras, a partir de 1983, “colocaram o pé na porta”, abriram o espaço para as trabalhadoras do campo, para os movimentos sociais, que os arranjos políticos da transição da Ditadura Civil Militar desejavam excluir da democracia.

Em 1983, mulheres rurais do município de Nova Itaberaba/SC, criaram uma chapa de oposição sindical, que em 1984 se transformou em “Organização de Mulheres Agricultoras (OMA),” cujo objetivo era a luta pelos direitos trabalhistas das mulheres, essa organização se transformou no Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), em 1986. As primeiras mobilizações do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) foram em torno da disputa pela sindicalização autônoma das mulheres, num contexto em que a sindicalização das mulheres era feita associada à sindicalização dos homens da família (geralmente, pais e maridos); e pela conquista de direitos trabalhistas, como direito à aposentadoria aos 55 anos e o direito ao salário-maternidade. A década de 1990 começou com duas importantes conquistas para o MMA: em 1991, foi aprovada a aposentadoria para as mulheres agricultoras aos 55 anos, sendo regulamentada no ano seguinte; e em 1993, foi aprovado o salário-maternidade, regulamentado em 1994. Em 2004, acontece a nacionalização do movimento, com a unificação de diferentes movimentos rurais autônomos de mulheres e a criação de um movimento nacional, com a aproximação com a Via Campesina, as reivindicações do MMA-SC vão se alinhando a um horizonte mais amplo de demandas, ao se nomearem como feministas e em favor de uma agricultura agroecológica repertórios vão sendo modificados e fazendo parte do Movimento de Mulheres Camponesas.

A História da organização, resultado da luta das mulheres camponesas de Santa Catarina, de certa forma está imbrincada com a trajetória nacional do MMC, influenciando a organização destes movimentos em outros Estados irradiando suas boas práticas de trabalho de base, educação popular, projetos de recuperação e preservação das sementes crioulas, revalorização da cultura camponesa entre outros aspectos relacionados às suas práticas cotidianas

Essas mobilizações, eram animadas pelas discussões políticas promovidas pelas Comissões Pastorais da Terra e pelas atividades da Teologia da Libertação na região, trouxe cena pública da política brasileira novas personagens, as mulheres agricultoras. Naquele contexto, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se constituíram como espaços para a reflexão, destacando-se a importância da atua-

ção pastoral da igreja católica. A visibilidade das experiências de lutas pelos seus direitos vivenciadas pelas agricultoras, nas décadas de 1980, 1990 e nos anos 2000, são exemplos de lutas coletivas pelos direitos sociais, minando autoritarismos e fortalecendo democracias.

A importância dos movimentos sociais na democracia, são destaque em vários estudos, como Pereira (2012, p. 83), que em seu artigo “Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária”, destaca que:

Os movimentos sociais contemporâneos representam uma diversidade enorme das novas formas de ativismo político e devem estar no centro das análises de novas práticas que representem uma alternativa a uma proposta totalizante e hegemônica de mundo.

Os movimentos sociais brasileiros, como o Movimento das mulheres Agricultoras e das Camponesas, quebraram o excessivo peso da “conciliação de interesses” que marca a cultura política brasileira, que se fortaleceu no processo de transição da ditadura militar para a nova República, no período definido como de transição, de 1979, com a lei da Anistia e 1988, com a promulgação da nova constituição. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta,

os grupos que dirigiram a transição democrática evitaram enfrentar o passado autoritário. Muito pelo contrário tentaram esquecê-lo. E essa política do esquecimento contribuiu para deixar o tema em segundo plano no debate público o que não favoreceu a consolidação dos valores democráticos na sociedade (Motta, 2021, p. 10).

Os efeitos da “política do esquecimento” defendida por aqueles “movidos pela intenção de evitar conflitos ou escamotear o próprio envolvimento com a ditadura” (Motta, 2021, p. 11). Essa “política do esquecimento” reforçou a excessiva ênfase no consenso e na conciliação, ao mesmo tempo invisibilizava outras formas de ação política, restringindo “o fazer político” apenas as estruturas do Estado. Nesse contexto, não há espaço para as divergências, os dissensos, os conflitos que desconstroem essa “política do consenso” cujas experiências vão além da participação nos espaços formais da política, e que coletivamente lutavam pelos seus direitos – os movimentos sociais. Acreditamos, que um “dos possíveis caminhos

para o aperfeiçoamento democrático é reforçar o caráter conflitivo entre os movimentos sociais e o sistema político” (Motta, 2021, p. 70).

Portanto, ao trazer aqui à reflexão sobre a importância dos “movimentos sociais” como o das mulheres camponesas, também estamos combatendo a desmoralização da política, a criminalização da política e descontruindo o fazer político como fruto do envolvimento na política formal. Acreditamos, que a visibilidade de pesquisas sobre movimentos sociais, poderão trazer à tona outras perspectivas de fazer política, e talvez outros parâmetros com os quais outra democracia possa ser potencializada, inibindo o fortalecimento das ideias totalitárias e da descrença na democracia. Os movimentos sociais, como o Movimento de Mulheres Camponesas têm um importante lugar na defesa de uma sociedade democrática!

Ainda mais em um Brasil, que desde o “escândalo do mensalão em 2005”, da “operação lava jato”, do “golpe parlamentar” de 2016, das eleições de 2018 e do governo de Jair Messias Bolsonaro, 2018-2022, que a desmoralização e a criminalização da política estão sendo realizadas, de modo intensivo pelos meios de comunicação e por agentes públicos que contribuem para disseminar ideias, tanto para o cidadão comum e até mesmo para alguns setores intelectualizados, com discursos que afirmam que o mundo da política e o estado estão carcomidos, motivo pelo qual a solução para essa crise é entregar tudo as leis de mercado, privatizar tudo e se entregar aos arroubos autoritários de quem tiver mais força, mais poder.

Marco Pólo diz:

O inferno dos vivos não é algo que será; se existe, é aquele que já está aqui, o inferno no qual vivemos todos os dias, que formamos estando juntos. Existem duas maneiras de não sofrer. A primeira é fácil para a maioria das pessoas; aceitar o inferno e tornar-se parte deste até o ponto de deixar de percebê-lo. A segunda é arriscada e exige atenção e aprendizagem contínuas; tentar saber reconhecer quem e o que, no meio do inferno, não é inferno, e preservá-lo, e abrir espaço (Calvino, 1990, p. 150).

E eu digo, que para que o desespero e a descrença não sejam vitoriosos, é preciso enfrentar e manter a capacidade de acreditar que é possível fazer diferente, que é possível enfrentar as dificuldades, que é essencial

encontrar saídas e muitas vezes construir o novo através de lutas sociais e coletivas para superar as adversidades que enfrentamos. À visibilidade da História das lutas das mulheres agricultoras são muito importantes para a jovem democracia brasileira, que se encontra longe de estar consolidada.

Além disso, o fato de vivermos numa sociedade em que continuam presentes preconceitos de classe, étnicos, sexistas, etc., nos faz pensar na importância de debater o significado de continuar dando visibilidade aos trabalhadores, negros, indígenas, mulheres agricultoras, camponesas, entre outros.

Vale dizer, ainda, que a produção e divulgação de conhecimentos tem um lugar nas argumentações e opções de sujeitos e, no senso comum, e muitos ainda a utilizam, reproduzindo uma História construída de cima para baixo, “bem arrumada”, dando ênfase às elites políticas e econômicas. Isso porque são esses conhecimentos a que a maioria dos sujeitos sociais, em muitos casos, ainda têm – tanto nas livrarias, como nas bibliotecas, nos meios de comunicação e no ensino em seus vários níveis.

Assim, consideramos vital o incentivo à produção e à publicação de trabalhos de pesquisa que investigam – e que não apenas arrolem fatos – e que têm a possibilidade de contribuir para a constituição de sujeitos diferentes, mas que se respeitam na diferença.

Neste livro, os sujeitos naturalizados, idealizados, ou estruturalmente definidos, dão lugar a outros, que são movidos e envolvidos por situações onde vicejam curiosidade, prazer, alegria, tristeza, ambição, autoritarismo, conflitos.... Uma história viva, com movimento, fonte de inspiração e de compreensão da realidade cultural, social e política em que vivemos. E que os sujeitos sociais, como as mulheres agricultoras, ao perceberem que o presente – da forma como o conhecemos – foi construído, e que estando insatisfeitos com ele, percebam a possibilidade de modificá-lo, tendo em vista o conhecimento de que nada é natural e que tudo tem historicidade. Sob este enfoque, têm uma importância mais profunda, por ser uma História mais próxima do cotidiano, mais próxima da vida concreta das mulheres e homens e que provavelmente torna-se mais significativa no questionamento do presente que outros sujeitos vivem.

Referências (Posfácio)

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. 1^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NECKEL, Roselane. A “Democracia Hedonista”; reflexões sobre a democracia contemporânea. In: PEDRO, Joana Maria; ZANDONÁ, Jair. (Org.). *Feminismos e democracia*. 1 ed. Belo Horizonte: Fino Trato, 2019, v. 1, p. 53-66.

PEREIRA, Marcus Abílio. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. *Opinião Pública*. Campinas, v. 18, n. 1, junho 2012, p. 68-87. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000100004>. Acesso em: 6 ago. 2024.

Sobre os Autores



Marcos Fábio Freire Montysuma

Acreano. Foi assessor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (1983-1984). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac, 1985), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 1990), e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP, 2003); possui pós-doutorado na Universidade Nova de Lisboa (UNL, 2017). Atuou como professor do Departamento de História da Ufac (1993-2004). Professor Titular, aposentado do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Contemporâneo; História Oral e Memória. Atua principalmente em: memória, história oral, história ambiental, gênero e meio ambiente, cultura e meio ambiente, populações da Amazônia. Atua no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC. Tem publicação de artigos, capítulos de livros e livros em coautoria. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0895-7993>. E-mail: mmontysuma@gmail.com



Teresa Almeida Cruz

Natural de Conceição do Araguaia, Pará. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Acre (1999), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001), doutorado em Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (2012) e pós-doutorado no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (2016). Atualmente é professora associada da Universidade Federal do Acre. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da África, Cultura Afro-brasileira e História Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura afro-brasileira, gênero e meio ambiente, movimento de mulheres camponesas, mulheres da Amazônia e História Indígena do Acre. É militante do Movimento de Mulheres Camponesas do Acre e do Brasil desde 1993.

